



UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

JULLYANA LEITE SILVA BONIFÁCIO

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SUAS E OS REBATIMENTOS EM SEUS TRABALHADORES: Uma análise a partir do campo de estágio no âmbito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, do município de Juazeiro do Norte – CE.

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2019

JULLYANA LEITE SILVA BONIFÁCIO

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SUAS E OS REBATIMENTOS EM SEUS TRABALHADORES: Uma análise a partir do campo de estágio no âmbito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, do município de Juazeiro do Norte – CE.

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para obtenção de título de bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Esp. Maridiana Figueiredo Dantas.

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2019

JULLYANA LEITE SILVA BONIFÁCIO

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SUAS E OS REBATIMENTOS EM SEUS TRABALHADORES: Uma análise a partir do campo de estágio no âmbito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, do município de Juazeiro do Norte – CE.

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para obtenção de título de bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Esp. Maridiana Figueiredo Dantas.

DATA DE APROVAÇÃO: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Esp. Maridiana Figueiredo Dantas
Orientadora

Prof.^a Esp. Cecília Bezerra Leite
1^a Examinadora

Prof.^a Esp. Francisca Helaide Leite Mendonça Fernandes
2^a Examinadora

A minha família, aos meus filhos Luiz Neto e Lucas Eduardo,
A minha mãe Maria de Lourdes e meu esposo Thiago Bonifácio
Que foram os principais incentivadores para que este sonho fosse realizado,
Em especial a minha avó materna Maria Alves da Silva (In memoriam),
E a meu pai Luiz Bernardo da Silva (In memoriam),
Tenho a certeza de que lá do céu vocês intercederam a Deus por mim.

AGRADECIMENTOS

A princípio agradeço a Deus em quem creio firmemente, aquele que é a minha rocha, luz e socorro presente em todos os momentos da minha vida, seja na hora da angústia, na hora da dor, aquele que me dá forças e abençoa meus planos e projetos, aquele que me dá a certeza que depois da tempestade o sol sempre brilhará, pois ele sempre me garante que a vitória vai chegar aquele que é o autor de todas as vitórias e conquistas, com ele nunca me sinto sozinha e com ele compartilho todas minhas alegrias, obrigada senhor pelo dom da vida e a tua presença constante na minha vida.

A minha mãe Maria de Lourdes Jovino Leite, mulher guerreira exemplo e inspiração, mulher de luta, força e coragem em ter criado seis filhos sozinha e nunca ter desistido de estudar mesmo trabalhando e com filhos pequenos, sempre pensando em algo melhor para oferecer aos filhos, obrigada por tudo mãe pela vida, pelo amor, pela força, carinho e dedicação dada a mim e aos meus irmãos durante toda nossa vida, na senhora me espelho e tento criar e educar meus filhos com mesmo zelo, cuidado e proteção que a senhora sempre nos ofereceu. Obrigada por tudo mãe.

A meu esposo, Cicero Thiago Bonifácio de Sousa com quem compartilho mais da metade da minha vida, minha rocha e abrigo seguro durante toda essa trajetória, meu amigo e companheiro em todas as ocasiões nas alegrias ou tristezas, aquele que topa todas as loucuras e desafios que nunca soltou minha mão, meu grande incentivador que acredita em mim mais do que eu mesmo, essa vitória também é sua meu amor a você serei eternamente grata.

Aos meus filhos Luiz Bonifácio de Souza Neto e Lucas Eduardo Leite Bonifácio, minhas razões de viver, meus tesouros, maiores incentivadores e colaboradores, sempre muito compreensíveis quando estive ausente nas noites em casa ou nas atividades escolares, tudo que fiz e farei é sempre planejando dá o melhor para vocês.

A minha supervisora de campo no estagio supervisionado I e II, Adriana Lopes dos Santos e a Supervisora de estagio extracurricular Karlidiany Alencar de Lima, duas assistentes sociais competentes, dedicadas e compromissadas com o

projeto ético político da categoria, a vocês minha gratidão por tanto carinho, dedicação, e paciência para comigo, agradeço por terem me possibilitado entrar em um espaço sócio-ocupacional e compreender na prática o fazer profissional.

A minha supervisora acadêmica de estágio supervisionado I e II, Maridiana Figueiredo Dantas que também é a minha orientadora neste trabalho de conclusão de curso, a ela minha eterna gratidão, mulher de fibra, luta e inspiração para que tantas outras se espelhem e acreditem sim que são capazes de realizar grandes obras. Impossível falar dela e não se emocionar, pois o respeito e admiração que cultivo vai muito além do que está posto, ela é minha inspiração, minha grande referência no serviço social, seus ensinamentos, sua dedicação e competência, suas análises críticas serviram de grande valia no meu processo de aprendizagem. Todo o conhecimento a mim proporcionado serviu de base para a realização deste trabalho e servirá para a minha vida profissional. Senhor Deus obrigada por ter me proporcionado ser aluna desta excelente profissional, a ti professora serei eternamente grata.

Aos meus professores Cecilia Bezerra, Helaide Mendonça, Sheyla Alves, Jacsa Vieira, Maria Clara, Dalva Ribeiro, Marcia Figueiredo, Pautilia Ferraz, Reginaldo, Cristovão, Adjalmo, Aldair Pericles, Pedro Adjedam, a vocês meu reconhecimento e gratidão vocês foram essenciais no decorrer desta trajetória.

A minha amiga, dupla preferida e companheira de luta Francisca Jessica Veronica da Silva, sem o seu apoio não conseguiria controlar minhas crises de ansiedade e estresse noturnas, foram muitas provas e batalhas vencidas juntas, nossa amizade será eterna.

As meninas mulheres fortes da minha equipe de seis, Jessica Veronica, Kate Santos Miranda, Alicia Salvadori, Caroliny Berlamino, Francisca Ferreira. Obrigada por nunca terem soltado a mão uma da outra, com vocês o fardo dos desafios acadêmicos tornaram-se mais leves, e os frutos de tudo que semeamos, colheremos juntas pois a nossa amizade vai além da faculdade, há amigos mais chegados que irmãos e vocês são. Amo vocês meninas.

A professora Rubia Lóssio, por tantos momentos de conversas e alegria nas caronas de volta pra casa, tantos momentos de felicidade compartilhados juntos que serviram para que aprendamos que temos que levar a vida com mais leveza, pureza

e procurar a felicidade em todos os momentos, professora te guardarei para sempre nas minhas lembranças, como a senhora sempre falava “isso não é lindooo???”. A meu amigo Davi Morais Pacifico por ter me orientado em tantos trabalhos acadêmicos e também por termos superados juntos tantos desafios, ansiedades e medos obrigada por todo apoio e ombro amigo.

Agradeço a todos que torceram me mandando mensagens de apoio percebi muita energia positiva a mim emanada durante esses quatros anos que estive em busca da concretização deste sonho, minha realização profissional, foram momentos de luta, estudo, esforço, coragem e dedicação, uma caminhada árdua, mas que agora torna-se de reconhecimento e gratidão, termino meus agradecimentos com um muito obrigado a todos que contribuíram para que este sonho fosse concretizado. Ofereço esta vitória a todos vocês.

“Vou perseguir tudo aquilo que Deus já escolheu pra mim
Vou persistir, e mesmo nas marcas daquela dor
Do que ficou, vou me lembrar e realizar
O sonho mais lindo que Deus sonhou
Em meu lugar estar, na espera do novo que vai chegar
Vou persistir, continuar a esperar e crer
E mesmo quando a visão se turva e o coração só chora
Mas na alma, há certeza da vitória”

Celina Borges

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as relações no processo de trabalho do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, especificamente no âmbito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, localizado no município de Juazeiro do Norte-CE, e os rebatimentos a seus trabalhadores. Esse trabalho inicialmente apresenta uma breve explanação histórica sobre o termo trabalho desde a sua origem a sua evolução, compreendendo como o trabalho torna-se o principal produtor e reproduzidor das relações sociais, especificando as relações de trabalho na nossa realidade nacional a partir dos marcos da industrialização e globalização no país. Em seguida discorreremos sobre a efetivação, organização e gestão do Sistema Único de Assistência Social a partir dos marcos da industrialização e da globalização no país. Bem como as transformações advindas do estado neoliberal para o mundo do trabalho, e os rebatimentos nos trabalhadores SUAS, por fim faremos uma análise das relações de trabalho no CREAS, e os rebatimentos em seus trabalhadores oriundas da precarização do trabalho influenciada diretamente pela fragilização das políticas sociais. A metodologia utilizada é bibliográfica, de caráter descritivo desenvolvido por uma pesquisa de campo mediante uma entrevista semiestruturada com aplicação de questões objetivas e subjetivas, de abordagem qualitativa, embasados no materialismo histórico e dialético que possibilitou uma visão crítica e total do objeto de estudo. Buscando analisar e compreender os reflexos negativos aos servidores que trabalham no CREAS de Juazeiro do Norte – CE, ante a precarização que possa existir na relação de trabalho vivenciada por aqueles trabalhadores e de que forma tais situações podem ser enfrentadas a fim de proporcionar aos profissionais que lá atuam consequências menos danosas no exercício de suas funções.

Palavras chave: Relações de trabalho, Precarização do trabalho, Trabalhadores SUAS.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the relationships in the work process of the Unified Social Assistance System-SUAS, specifically within the scope of the Specialized Reference Center of Social Assistance-CREAS, located in the municipality of Juazeiro do Norte-CE, and the rebates to your workers. This paper initially presents a brief historical explanation of the term work from its origin to its evolution, understanding how work becomes the main producer and reproducer of social relations, specifying labor relations in our national reality from the milestones of society. industrialization and globalization in the country. We will then discuss the implementation, organization and management of the Unified Social Assistance System from the framework of industrialization and globalization in the country. As well as the transformations coming from the neoliberal state to the world of work, and the rebates in the SUAS workers, we will finally make an analysis of the labor relations in CREAS, and the rebates in its workers resulting from the precariousness of work directly influenced by the weakening of policies. Social The methodology used is bibliographic, descriptive character developed by a field research through a semi-structured interview with the application of objective and subjective questions of qualitative approach, based on historical and dialectical materialism that allowed a critical and total view of the object of study. Seeking to analyze and understand the negative reflexes to the employees working at CREAS in Juazeiro do Norte - CE, in view of the precariousness that may exist in the working relationship experienced by those workers and how these situations can be faced in order to provide professionals with there are less harmful consequences there in the exercise of their functions.

KEY WORDS: Work Relationships, Work Precarization, Wokers SUAS.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CF – Constituição Federal

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

NOB – Norma Operacional Básica

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organizações das Nações Unidas

PAIFI – Programa de Atendimento a Famílias e Indivíduos

PAEFI – Programa de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

PBF – Programa Bolsa Família

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Especificação do vínculo empregatício;

Gráfico 02: Especificação de tempo de trabalho no CREAS;

Gráfico 03: identificação das maiores dificuldades enfrentadas pelos profissionais do SUAS no âmbito do CREAS;

Gráfico 04: A NOB-RH/SUAS, e sua efetivação no CREAS;

Gráfico 05: Referente à rotatividade dos servidores no CREAS;

Gráfico 06: Especificação do processo saúde X doença relacionadas as relações de trabalho no CREAS;

Gráfico 07: Identificação da existência de distúrbios mentais dos trabalhadores CREAS.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO: CONCEITOS, EVOLUÇÃO E O TRABALHO COMO CONSTRUTOR DA SOCIABILIDADE HUMANA.....	15
1.1 O surgimento das relações de trabalho e o trabalho como produtor e reprodutor das relações sociais	15
1.2 As relações de trabalho a partir dos marcos da industrialização e da globalização no Brasil	23
2. TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE O SUAS, E OS REBATIMENTOS EM SEUS TRABALHADORES.....	32
2.1 A efetivação, organização e gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) a partir do marco Constitucional (CF/1988) da Seguridade Social.	32
2.2 As Transformações advindas do Estado Neoliberal para o mundo do trabalho e os rebatimentos aos trabalhadores SUAS.	42
3. ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CREAS: OS REBATIMENTOS AOS TRABALHADORES SUAS, ADVINDAS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CREAS DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE – CE.....	52
3.1 Caracterização do Campo de Estágio.....	52
3.2 Traçado metodológico para realização da pesquisa	55
3.3 Análise qualitativa das respostas aos quesitos formulados aos trabalhadores do CREAS de Juazeiro do Norte – CE.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS.....	81
APÊNDICE (S).....	85
ANEXO (S).....	88

INTRODUÇÃO

O estudo proposto neste trabalho de conclusão de curso apresenta uma análise quanto às relações de trabalho e os seus rebatimentos, que atingem diversos profissionais (assistentes sociais, orientadores social, psicólogos e advogados), que exercem suas atividades, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, do município de Juazeiro do Norte – CE, buscando identificar possíveis prejuízos na vida profissional, pessoal e no relacionamento interpessoal desses profissionais, por conta da precarização das relações de trabalho vivenciadas por eles no exercício de suas profissões.

Para que seja possível identificar os rebatimentos que podem ocorrer por conta da relação de trabalho vivenciada pelos profissionais já mencionados, é preciso compreender a atividade do trabalho, desde a sua origem, conhecendo e analisando todo o processo de sua evolução nas diferentes fases históricas da humanidade e da sociedade, para só então, compreender de que forma as relações na atividade laboral produzem efeitos na vida do obreiro, seja no âmbito da relação empregatícia privada, seja na relação Estado x servidor público.

O fato motivador que nos levou a enveredar pelo presente tema nesse trabalho acadêmico, foi a experiência prática vivenciada durante o período de estágio supervisionado que aconteceu justamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, do município de Juazeiro do Norte – CE, onde, tive a oportunidade de acompanhar *in loco* os profissionais que lá atuam, testemunhando vez por outra, o quanto aqueles servidores podem ser afetados, profissional e pessoalmente, por conta da atividade que desempenham.

A precarização nas relações de trabalho é algo facilmente identificável ao longo da história recente sobre o tema, especificamente, após a tomada de medidas que vieram trazidas pela política do Estado neoliberal, onde, o Estado passa a ocupar o menor espaço possível, se tornando mínimo e o mercado passa a ditar as regras no mundo econômico empresarial, regulando inclusive sua relação com o trabalhador.

Assim sendo, destacamos que este trabalho acadêmico está estruturado em 03 (três) capítulos, no primeiro deles, iremos discorrer sobre o termo trabalho, seu

conceito e sua evolução histórica, e ainda, de que forma o trabalho atua como construtor da sociabilidade humana; onde surgem as primeiras relações de trabalho e como este, atua como produtor e reproduzidor das relações sociais, em se tratando especificamente de nossa realidade nacional, abordaremos as relações de trabalho a partir do marco da industrialização e da globalização.

No segundo capítulo discorreremos sobre as transformações contemporâneas no ambiente do trabalho, trataremos sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sua efetivação, organização e gestão, a partir do marco constitucional, e ainda, de que forma as transformações impostas pelo sistema neoliberal impacta nas relações de trabalho dos servidores que atuam nessa área, identificando os possíveis rebatimentos a estes servidores, tratando dos profissionais lotados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Juazeiro do Norte – CE.

Por fim, no terceiro e último capítulo faremos uma caracterização do campo de estágio, apresentaremos o percurso metodológico adotado no processo de produção desse trabalho científico, faremos uma análise e interpretação dos dados obtidos a partir da aplicação da entrevista semiestruturada, aos servidores que trabalham no CREAS de Juazeiro do Norte – CE, onde lhes foram apresentados 09 (nove) quesitos para serem respondidos, destes, sendo 07 (sete) objetivos e 02 (dois) subjetivos, com o fim de tentar identificar pontos de reflexos da relação de trabalho vivenciada pelos entrevistados no desempenho de suas funções.

A presente pesquisa é de caráter bibliográfico, cujo conteúdo foi colhido através de livros, artigos, científicos, revistas, sites, além da abordagem qualitativa, do tipo descritivo, embasado no materialismo histórico e dialético que permitiu uma visão crítica e total do objeto de estudo. Buscando analisar e compreender os reflexos negativos aos servidores que trabalham no CREAS de Juazeiro do Norte – CE, ante a precarização que possa existir na relação de trabalho vivenciada por aqueles trabalhadores e de que forma tais situações podem ser enfrentadas a fim de proporcionar aos profissionais que lá atuam, consequências menos danosas no exercício de suas funções.

1. A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO: CONCEITOS, EVOLUÇÃO E O TRABALHO COMO CONSTRUTOR DA SOCIABILIDADE HUMANA.

1.1 O surgimento das relações de trabalho e o trabalho como produtor e reprodutor das relações sociais

O trabalho quanto atividade humana, existe desde a pré-história quando o homem criou instrumentos para sobreviver. A expressão “trabalho” vem do latim e significa *tripalium*, que era um instrumento composto por três pedaços de madeira utilizados na lavoura no fim do século VI, por ter sido utilizado pelos romanos na antiguidade, na prática da tortura contra escravos e homens livres que não podiam pagar seus impostos, o termo “trabalho” passou a ser associado à dor e sofrimento.

Na língua portuguesa a palavra trabalho significa a aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar determinado fim, portanto seu conceito vai muito além da concepção que a maioria da população compreende sobre tal, como nada mais sendo do que um exercício ou atividade praticada por uma pessoa humana, com o objetivo de extrair seu sustento e o de sua família.

Para atendermos os objetivos de nosso trabalho, se faz necessário que estudemos a origem e a evolução do gênero trabalho, identificando suas características mais elementares e essenciais, ao longo da evolução humana e social, desde a pré-história até a contemporaneidade. Sendo assim, nossa discussão, se dará a partir da Idade Pedra (dois milhões de anos a.C) até a Idade Moderna (séc. XX), analisando sua evolução histórica, suas formas, nos períodos mais importantes, essa busca sobre a origem do trabalho é de fundamental relevância, pois, só assim seremos capazes de compreendermos suas relações com as relações sociais na atualidade.

A Idade da Pedra ou Idade da Pedra Lascada (dois milhões de anos a.C), é considerado pelos historiadores como o primeiro período da história da humanidade e, está devido em três fases: a) Paleolítico, neste não havia relação de trabalho e sua existência se limitava à subsistência, b) Mesolítico, neste já era possível identificar a existência da divisão do trabalho, baseada pelo sexo do indivíduo, aos homens cabiam o sustento da família e da casa e às mulheres o dever de cuidar da

casa e dos filhos, e c) Neolítico, onde ocorreu o início da especialização do trabalho dos homens e das aldeias, com o aumento da oferta dos produtos agrícolas (agricultura) e da criação de animais (pecuária).

O segundo período da história da humanidade é a Idade dos Metais (três a mil anos a.C) – Idade do cobre, do bronze e do ferro, a utilização dos metais permitiu a fabricação de armas (espadas, lanças, facas e capacetes) e a criação e desenvolvimento de várias ferramentas (machado, a enxada e o arado) facilitando e favorecendo o trabalho no campo, intensificando a divisão social do trabalho e a abertura do comércio, pois, a agricultura começou a produzir excedentes e os trabalhadores/produtores das ferramentas de metais necessitavam trocar as mercadorias por alimento já que o trabalho realizado nas metalúrgicas era de tempo integral (COTRIM, 2001).

Na Idade Antiga (terceiro período da história da humanidade), destacamos: a civilização egípcia, onde o povo era submetido ao Faraó e a este deveria pagar impostos, entregar parte do excedente ou trabalhar em suas terras; a Mesopotâmica, nesta, a população servia aos seus deuses que eram os donos das propriedades e, seus representantes obrigavam a população (ferreiros, artesãos, tecedeiros, dentre outros) a trabalhar na produção e nas obras públicas; os Hebreus, que praticavam uma economia desenvolvida no comércio, onde os comerciantes tinham de pagar altas taxas de impostos e, quando inadimplentes eram obrigados a trabalhar nos campos e no serviço militar, destacamos os Fenícios, os Persas, os Chineses e os Romanos, sobre estes faremos maiores considerações sobre sua sociedade e sua relação com o trabalho.

Para os romanos, a ação de trabalhar, costumava expressar a perda da liberdade, pois, seu império foi fundado na força do trabalho dos escravos, o trabalho braçal era tido preferencialmente a esses, porém, com o fim das guerras de conquista o escravismo passou a ser substituído pela servidão rural.

A esse respeito Martins (2003) ressalta:

Considerada a primeira forma organizada de trabalho a escravidão surge do aumento da demanda por mão de obra para manutenção dos grupos. Através do aprisionamento de inimigos, as guerras passaram a fornecer mãos de obras iniciando sua relação de trabalho (p.34).

Com o fim da escravidão em Roma, a população não passou a ser livre de fato, apenas de direito, pois não tinham a propriedade da terra e, estavam obrigados a viver servindo aos proprietários destas, os chamados senhores feudais (LEAL, 2013).

A sociedade feudal tinha sua economia baseada na agricultura, o feudo estava dividido em três partes, a propriedade privada do Senhor, onde ficava seu castelo, o manso servil, que eram as terras arrendadas aos camponeses e o manso comunal, que eram as terras utilizadas tanto pelos senhores feudais como pelos servos, a estes, caberia somente prestar serviços àquele e, pagar tributos já que não tinham a propriedade das terras.

Sousa (2019) relata:

O senhor feudal representava a classe nobiliárquica detentora de terras. Divididos por diferentes títulos, os nobres poderiam ser responsáveis desde a administração de um feudo até a cobrança de taxas ou a proteção militar de uma determinada propriedade. A autoridade exercida pelo senhor feudal, na prática, era superior à dos reis, que não tinham poder de interferência direta sobre as regras e imposições de um senhor feudal no interior de suas propriedades. Portanto, assinalamos o feudalismo como um modelo promotor de um poder político descentralizado (p. 23).

A plena Idade Média, período marcado por um aumento demográfico devido aos avanços técnicos, muitos servos foram expulsos dos feudos e tiveram de se abrigar em aldeias e montar seus próprios negócios, daí surgiram sapateiros, artesãos, padeiros, tecelões. Houve então uma expansão do comércio, os antigos servos começaram a conquistar autonomia, tornando-se comerciantes, as mercadorias eram trocadas em feiras por moedas de diferentes lugares, foi então que o dinheiro passou a ser a base global do valor das mercadorias, desse fato social surge uma nova classe social a burguesia (LEAL, 2013).

A baixa Idade Média (séc. XIV e XV) é marcada pelo surgimento de vários empecilhos que contribuíram para sua queda, tais como: a redução dos alimentos, a peste negra, as revoltas dos camponeses e da burguesia contra a exploração da família feudal, todos esses fatores aliados fomentaram o surgimento do capitalismo e a expansão comercial.

O fim da escravidão e o crescimento da burguesia estabeleceu uma crise nos campos que afetou as relações de trabalho contribuindo para que na Idade Moderna o trabalho humano passasse então a ser visto sob uma nova ótica a partir da primeira grande inovação tecnológica a revolução industrial¹, que possibilitou a substituição do trabalho manual pelos maquinários.

A industrialização verificada na segunda metade do séc. XVII favoreceu o surgimento da mecanização, em destaque a máquina de fiar, o teor hidráulico e mecânico, ocasionando grandes mudanças no processo de trabalho, contribuindo para o aumento da produção com menos mão de obra, fazendo surgir os trabalhadores assalariados. Destas modificações no processo de trabalho decorrem dois tipos de homens, o trabalhador livre e assalariado, que vende sua força de trabalho, e o capitalista, detentor do meio de produção.

A máquina de vapor favoreceu o crescimento do plano político e econômico do capitalismo burguês industrial e, a invenção da energia elétrica e de novas tecnologias no mundo do trabalho fruto da segunda e terceira revolução industrial, a partir destas revoluções foi inaugurada uma nova forma de organização do trabalho e do seu gerenciamento.

Entretanto, as condições de trabalho daqueles trabalhadores só se degradavam, não existia legislação que lhes assegurassem qualquer direito e proteção. E assim, a parte mais frágil da relação capital X trabalho, que é o obreiro, estava sempre em desvantagem concebendo para que este passasse a sentir o peso do sistema capitalista, um sistema totalmente alienador e explorador da força de trabalho humana.

Por tudo o que foi discorrido até então, é que concluímos que para compreendermos e discutirmos o trabalho como produtor e reproduzidor das relações sociais é preciso conhecer todo o contexto em que se deram essas relações como contemplamos hoje, desde o início da história da humanidade.

A esse respeito Marx e Engels (1975), declaram:

¹ Revolução industrial foi um conjunto de mudanças que aconteceram na Europa nos séculos XVIII e XIX. A principal particularidade dessa revolução foi à substituição do trabalho artesanal pelo assalariado com uso de máquinas. Ver especialmente: CAMPOS, R. Estudos de História moderna e contemporânea. Atual editora. São Paulo.1988.

Segundo Engels: A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos é a base de toda ordem social: de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camada, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os produtos (p.44).

Baseado na análise do surgimento e evolução do trabalho, é que podemos observar como este sempre esteve presente na construção da sociabilidade humana e, sendo fator determinante das divisões de classes sociais, a partir da polarização das classes entre os produtores da riqueza e os donos dos meios de produção. Essa relação concentrada entre produtores e usurpadores de riqueza determinava um tipo de sociedade um modo de produção como afirma o escritor Marx (1980).

O trabalho como elaboração inerentemente humana, detém vários conceitos, segundo Albornoz (2000), o seu conteúdo oscila “às vezes, carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga”, em outras, “designa operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura, muito embora também esteja comparado ao objeto de trabalho”.

O trabalho é alicerce primordial da sociabilidade humana, a proporção eficaz de criar uma natureza humana², ou seja, é a atividade capaz de nos transformar em seres portadores de uma natureza diferente de outros seres naturais (animais, aves, insetos), que não impedem que desenvolvam seus trabalhos com elegância dentro do mundo animal.

O filósofo Marx (1988) ressalta que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação média regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural, como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua

² Por natureza humana reconhecemos no homem a constituição de uma segunda natureza que se eleva sobre a sua existência natural, biológica; esta, por assim dizer, caracteriza-se como a primeira natureza e é imprescindível para o desenvolvimento da natureza social, humana. A primeira, a natureza, é condição para que a segunda, a social, exista. Ver especialmente: MARX, Karl. Livro 1 – O processo de produção do capital. In: O Capital – crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988a. v. II. LUKÁCS, Georg. Ontologia do ser social – os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: LECH.

corporalidade, braços e pernas cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modifica-lo, ele modifica, ao mesmo tempo a sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças ao próprio domínio (p.142).

Analisando a fala de Marx (1988) afirmamos que o trabalho baseia-se em um elo entre o homem e a natureza, é uma influência do homem com a mesma, em que aquele ao transformar a natureza elabora recursos necessários à sua sobrevivência, a natureza torna-se o pilar essencial do mundo dos homens. Entretanto essas relações se perdem no contexto do capitalismo, pois para sobreviver o homem necessita de vender sua força de trabalho, visto que ele não possui os meios e recursos para produzir sua sobrevivência.

Analisando o homem como ser social racional, constatamos que este é o único animal que fabrica instrumentos, pois a partir dos instrumentos por ele fabricado ele desenvolve sua capacidade e realiza feitos por ele idealizados conscientemente. Sendo assim os animais jamais poderão planejar racionalmente o processo de idealização de suas ações.

Lukács (1980) analisa a posição teleológica como fundamental para compreensão do trabalho como categoria ontológica do ser social. E discorre analisando o pensamento de Marx em “o capital”:

A respeito da essência do trabalho que já se tornou adequado, diz Marx:- Nós pressupomos o trabalho numa forma exclusivamente humana, A aranha realiza operações que parece as do tecelão, a abelha faz corar de vergonha muitos arquitetos ao construir suas células de cera, mas o que distingue essencialmente o pior arquiteto da melhor abelha, é que ele construiu a célula na sua cabeça antes de fazê-la em cera. No fim do processo aparece um resultado que já esteve presente desde o início, na mente do trabalhador, que deste modo, já existia idealmente, ele não efetua apenas uma mudança de forma no elemento natural, ele imprime no elemento natural, ao mesmo tempo, seu próprio fim, claramente conhecido, o qual constitui a lei determinante do seu modo de agir e ao qual tem que subordinar sua vontade. Deste modo é enunciada a categoria central do trabalho através dele realiza-se, no âmbito do ser material, uma posição teleológica que da origem a uma nova objetividade (p.140).

O homem busca produzir e reproduzir sua vida por meio do trabalho, na luta por sua existência ele cria e recria suas próprias condições de produção e reprodução da mesma, através do teleológico³, a partir de então o trabalho e sua teologia formam o ser social, e este se diferencia da forma biológica de reprodução dos demais seres. Quanto mais o ser humano evolui mais ele tem necessidade de manter relação com o meio em que vive. O trabalho torna-se criação motor da civilização e manancial de execução das capacidades de natureza social do homem ao gerar o trabalho reinventado pela ação que concedeu a vida.

Em uma de suas análises Marx, 1988, relata que o trabalho é a objetivação da práxis, ou seja, a transformação da natureza, é uma ação na qual o ser humano consciente realiza as suas potencialidades, quando o homem sente uma determinada necessidade e planeja em sua mente confeccionar algo para suprir sua necessidade, então ele constrói esse objeto através de sua interação com a natureza, ou seja o objeto do trabalho é a natureza visto que a ação do homem sobre ela é o trabalho.

Lukács (1984) ressalta que:

(...) No trabalho já estão in nuce, nos traços mais gerais, mas também mais decisivos problemas que em estágios superiores do desenvolvimento humano se apresentam de forma mais generalizada, desmaterializada, sutil e abstrata (p.26).

Em decorrência do novo saber do homem que passa a ter novas estratégias de sobrevivência, e um novo patamar de inteligência, o trabalho ultrapassa as barreiras naturais impostas pela natureza e conduz os homens a se transformarem em um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente diferente que rege o processo natural.

Na sociedade contemporânea o trabalho está baseado no sistema capitalista e é definido pela venda da força de trabalho do trabalhador aos capitalistas donos dos meios de produção, em troca de uma remuneração para obter o seu sustento, essa compra e venda da força de trabalho é estabelecida através de um contrato de trabalho, o processo de trabalho no capitalismo é um processo de valorização-valor-trabalho, processo de produção de mais-valia³ e capital (MARX, 1988).

O modo de produção capitalista se funda na exploração do trabalho, tendo como objetivo primordial extrair lucro, produzido na força humana do trabalhador que vende sua força de trabalho por um salário irrisório e produz muito além do que recebe. A mais valia surge e se amplia nesse contexto sendo exatamente o lucro que o trabalhador terá em função de explorar o trabalhador que por sua vez vende sua força de trabalho em troca de um mínimo salário em nome da sobrevivência.

Iamamoto (2008) aborda que o trabalho é a estrutura da sociedade mercantil, isto é, a totalidade das relações de produção entre as pessoas que se expressam nas transações que efetuam entre si, através das coisas do produto do trabalho, os quais assumem a função de um intermediário, de portador de produção entre pessoas. Na atualidade as relações humanas assumem proporções de relações entre coisas, relações objetivas entre pessoas.

Marx (1971) faz uma crítica ao capital segundo ele o “capital não é uma coisa, mas determinadas relações de produção entre pessoas que se apresentam como relações entre coisas”, ou seja, são relações de compra e venda de mercadorias de produtos que são produzidos pelos trabalhadores mais pertencentes aos donos do capital, e a relação de compra e venda da força humana do trabalhador, comprada pelos capitalistas.

A produção dessas relações se baseiam no antagonismo das classes, oriundas da contradição existente entre capital X trabalho, ou seja, na relação contraditória em que o trabalhador não se reconhece com o produto fruto do seu trabalho, pois este não lhe pertence, o trabalhador, assim se torna alienado porque produz muito além do seu salário gerando mais-valia e beneficiando o capitalista que tem por principal objetivo somente o seu lucro.

No decorrer deste percurso histórico do surgimento do trabalho, percebe-se que a relação entre trabalho e indivíduo social fora desenvolvida em elementos mais simples e abstratos, ou seja, o trabalho como condição da produção da vida humana, de produção de indivíduos sociais. Entretanto essa relação de trabalho na sociedade contemporânea firmada no sistema capitalista, esta baseada em uma relação econômica totalmente incoerente, onde o capitalista visando subtrair a mais valia e expandir seu lucro, explora os mais humildes e incentiva a expansão de várias expressões da questão social, como a pobreza, a miséria, a desigualdade

social. Enfim um sistema de trabalho totalmente alienador que produz e reproduz as relações sociais baseadas em contradições resultantes fruto da ganancia do homem detentor do capital.

1.2 As relações de trabalho a partir dos marcos da industrialização e da globalização no Brasil

Para compreendermos as relações de trabalho no Brasil advindas a partir dos marcos da industrialização e da globalização, é imprescindível analisarmos o contexto em que se deram as fases da industrialização no mundo, e como estas influenciaram o processo de implantação da indústria brasileira. E assim investigarmos os impasses que dificultaram a chamada industrialização tardia, compreendendo como os processos produtivos frutos da era da industrialização e da globalização interfere diretamente nas relações trabalhistas.

As relações de trabalho foram transformadas para sempre a partir do início da revolução industrial, industrialização essa que fora dividida em três fases, a primeira delas aconteceu no século XVIII, quando surgiu a máquina a vapor, e a partir dela o processo de produção e método de trabalho foram modificados, garantindo o nascimento da indústria e o processo de formação do sistema capitalista.

O avanço no processo industrial auxiliou o desenvolvimento da produção têxtil e a criação de maquinários que teciam mais fios que várias pessoas juntas, transformando o modo de produção antes manufatureiro por o de maquinofatura, essa foi, a primeira possibilidade que o homem encontrou de gerar lucros utilizando pouca mão de obra.

As criações das locomotivas e das estradas de ferro no século XIX contribuíram para expandir o crescimento industrial e a produção de mercadorias, já que as estradas tornaram-se melhores e os caminhos mais curtos, o que acabou favorecendo a transportação das mercadorias e conseqüentemente a expansão do comércio e do capital.

A segunda fase da revolução industrial no século XIX teve avanços no setor tecnológico, pois favoreceu a invenção do motor à combustão e o motor elétrico, os países desenvolvidos também aderiram a esse novo modelo de produção industrial e a produção manufatureira fora substituída pela maquinofatura em diversos países da Europa e do mundo.

Já a terceira fase da revolução industrial século XX, fora marcada por avanços tecnológicos e científicos, como a robótica, a genética, o setor de transporte, telecomunicações entre outras áreas que transformaram não só o modo de produção como também as relações sociais, o modo de vida da sociedade e a superfície geográfica.

Percebe-se mudanças no mundo do trabalho, que ocasionaram a divisão e especialização do trabalho além o fortalecimento de duas classes burguesia industrial e o proletariado fabril. Trazendo à tona novos elementos que assola a vida do trabalhador como a luta de classes, e as expressões da questão social percebida com o aumento da pobreza, do desemprego, da fome e miséria que assolam o país. Percebe-se que o desenvolvimento econômico oriundo do processo de industrialização nasce da necessidade da exploração do trabalho.

A contradição existente entre burguesia e proletariado favoreceu para a consolidação da organização Internacional do Trabalho – OIT³, que assegurou vários direitos aos trabalhadores no mundo.

Todo esse desenvolvimento industrial ocasionou o processo de globalização no mundo e favoreceu para que o processo de industrialização fosse implantado no Brasil mesmo que de forma tardia em meados dos anos 1930. O Sudeste do Brasil no século XX movimentava a principal economia do país, pois era a principal produtora de café, entretanto após a crise de 1929⁴ período em que ocorreu a crise

³ A Organização Internacional do Trabalho é uma agência das Nações Unidas que busca promover acesso a oportunidades para homens e mulheres em relação a um trabalho decente e produtivo, respeitando as condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. Tem sede em Genebra, na Suíça e foi criada em 1919.

⁴ Ocorrida entre a Primeira e Segunda grande Guerra mundiais, a crise de 1929 foi um dos acontecimentos mais impactantes da História Contemporânea. Essa crise ocorreu nos meses de setembro e outubro de 1929, nos Estados Unidos, quando o valor das ações da bolsa de valores de Nova York (à qual a economia mundial estava integrada à época) despencou bruscamente, provocando a sua “quebra” (*crash*). A quebra da Bolsa de Nova York desencadeou, por sua vez, a Grande Depressão Americana, que durou até meados dos anos 1930.

cafeeira, a produção do café entrou em queda gerando a falência dos produtores de café.

A partir da falência destes produtores de café em meados dos anos 1930 deu-se início o processo de industrialização do país. Após a queda dos produtores de café, estes, foram procurar outras maneiras de expandirem seus negócios, então financiaram a produção industrial de alguns produtos no setor têxtil, alimentício e nas fabricas de sabão e de velas, porém, faltava lhes mão de obra, pois no país predominava o sistema colonial escravista.

Entretanto com a queda do café ocorreu o crescimento acelerado urbano, fruto do êxodo rural, pois os imigrantes não tinham mais onde trabalhar já que os cafezais único meio de trabalho tinha tido falência, e o só lhes restará partir para as cidades em busca de encontrar meios de sobrevivência. Os imigrantes Alemães, Italianos e Espanhóis contribuíram no processo de industrialização brasileira eles detinham mão de obra qualificada, visto que nos seus países de origem a industrialização já existia.

O Estado realizou investimento nas indústrias de base e infraestrutura, implantando rodovias, ferrovias, portos, energia elétrica, obras que impulsionaram a expansão do capital. Após a segunda guerra mundial a Europa não teve condições de exportar seus produtos, foi aí que o Brasil programou seu parque industrial e realizou a industrialização por substituição a exportação, e a inserção de empresas oriundas de países industrializados no seguimento da indústria automobilística, química, farmacêutica e eletrônica. A partir de então o Brasil firma seu processo de industrialização passando a ser um produtor industrial e urbano.

A este respeito, nos diz Brum (1996):

A primeira Guerra Mundial, bem como a crise econômica do ano de 1929 e a Revolução de 1930 fizeram surgir condições para o início do processo de ruptura com um passado colonial e a decolagem do processo industrial do Brasil. Aliás, insta salientar que a crise do café agravou-se bruscamente com a falência da Bolsa de Valores de Nova Iorque, no ano de 1929, comprovou a vulnerabilidade e inviabilidade da monocultura exportadora como fundamento da economia. A Revolução de 1930, demonstrando a baixa do latifúndio, marcou a ascensão da burguesia rumo ao poder (p. 86).

Entretanto esse novo modelo de produção oriunda da expansão do capital modificou as relações no processo de trabalho acarretando sérias consequências para o trabalhador, referentes à precarização do trabalho, como a insalubridade, a falta de humanização nas fábricas, a inserção de crianças e mulheres trabalhando em péssimas condições de trabalho, com jornadas diárias exaustivas, com baixos salários e a falta de legislação e proteção social, ou seja, esse cenário marcado pelo avanço técnico científico com crescimento econômico, ao mesmo ciclo alastra-se a miséria, a pobreza, a violência e a desigualdade social.

A esse respeito, Guiraldelli (2014) ressalta:

Esse cenário, contraditoriamente, se propaga a ideia de uma era do capital marcada pelo avanço no campo técnico-científico, com crescimento e desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que se aprofunda a miséria, a violência, a exploração, a opressão, a xenofobia e a degradação do trabalho. Ou seja, a questão social, entendida como o conjunto dos antagonismos expressos na relação capital *versus* trabalho se manifesta com novos contornos, acirrando as desigualdades sociais (p. 19).

Percebe-se nesse contexto em que ocorre a expansão da indústria e do sistema capitalista, que as expressões da questão social se intensificaram, homens, mulheres e crianças passam a ser tratados de forma desumana, vítimas das péssimas condições de trabalho, do desemprego que assola os centros urbanos, e a expansão do exército industrial de reserva, além de várias doenças oriundas do processo de aglomeração da população nas cidades industriais, entre outras consequências advindas dessa relação antagônica entre capital X trabalho.

Verifica-se que a partir dessa contradição existente trabalhador X burguesia, que os operários se organizam enquanto classe trabalhadora e lutam reivindicando seus direitos em prol de melhores condições de emprego e salários, o Estado interfere nesse primeiro momento reprimindo a classe trabalhadora em favor dos donos do capital,

Iamamoto (2005) destaca:

Aos movimentos desencadeados pelo proletariado a resposta principal e mais evidente do Estado na primeira república, diante da

sua incapacidade em propor e implementar políticas sociais eficazes, será a repressão policial. A violência do Estado se fará constantemente presente à trajetória das lutas do movimento operário como o mais eficiente instrumento de manutenção da paz social necessária á acumulação capitalista (p.133).

Entretanto a classe trabalhadora se organiza e ganha força, enquanto classe através dos sindicatos surge às greves e as reivindicações, o Estado se vê obrigado a intervir nessa relação conflituosa, só que dessa vez através de políticas sociais elaboradas dentro de instituições estatais que visava acolher os trabalhadores e suas famílias, nessa relação o Estado não intervém para realizar um bem comum, mas para enfraquecer o movimento operário mantendo o controle e a ordem social.

A classe operária consolida parte de suas conquistas políticas em termos da organização e da legislação referentes ao processo de trabalho em 1943, quando é criado a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, que previa, direitos e deveres, tanto dos trabalhadores como para os empregadores, essas normas estabelece direitos, matérias que asseguram proteções ao trabalhador referentes a contratação, utilização, remuneração e demissão, estabelece também direitos formais que assegurava garantias em organizações como os sindicatos e os órgãos da inspeção e da justiça laboral.

Nesse marco histórico, o capitalismo se consolida no mundo e no Brasil e se desenvolve desencadeando sua expansão e determinando mudanças globais no processo de trabalho no setor industrial. Ao longo do século predominou na grande indústria o modo de produção taylorista e fordista que foram regimes de produção implantados por Frederick Taylor e Henry Ford, segundo Taylor era necessário uma sistematização das operações do trabalho.

A esse respeito Antunes (2007) destaca:

No findar do século XIX, as atividades produtivas se complexificaram e, para tanto, tornou-se necessário sistematizar as operações, tanto na esfera da produção direta, quanto na administração e gerenciamento empresarial. Em busca de otimização nos padrões de produtividade, implantou-se o modelo taylorista, resultando em uma organização científica do trabalho. O engenheiro mecânico estadunidense Frederick Winslow Taylor (1856-1915), considerado o pai da Administração Científica do Trabalho, modificou o processo

produtivo no momento em que separou concepção e execução no trabalho (p. 19).

A partir de então a gerência das indústrias ficou encarregada pelo trabalho intelectual e aos operários coube a competência do trabalho manual. Outras inovações do modelo taylorista foram à execução de tarefas fragmentadas e repetitivas com rígido controle de tempo, esse regime implicava na desqualificação dentro da produção, pois desprezava a capacidade intelectual dos trabalhadores além de regular, controlar e dominar o ritmo de produção no trabalho.

O modelo de produção fordista criado por Henry Ford no século XX tinha por objetivo a produção e o consumo em massa, com intuito de padronizar os produtos e diminuir o tempo e o custo da produção tendo em vista que a produção em largas escalas utilizam esteiras e linhas de montagem.

Antunes (2007) faz uma crítica ao modelo fordista:

Os avanços na automação, associados ao processo de "racionalização" do trabalho, representaram, a intensificação do trabalho humano, caracterizado por esforços repetitivos em que os trabalhadores, limitados pelo tempo e pelas operações realizadas, tornaram-se apêndices do domínio das máquinas (p. 24).

Observamos que na unificação desse modelo de produção, buscou-se controlar e explorar os trabalhadores, visando evitar que os mesmos se manifestassem diante da questão social posta. Entretanto esses dois modelos de produção se firmaram da primeira até a segunda guerra mundial e se agregaram ao Estado de Bem-Estar Social⁵ no final da segunda guerra mundial, seu primeiro momento de ruptura aconteceu na década de 70, período em que teve fim os anos gloriosos⁶, influenciados pela crise fiscal do Estado. Consolidando seu ápice final a

⁵ O Estado do Bem-estar também é conhecido por sua denominação em inglês, Welfare State. Os termos servem basicamente para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos. veja mais em <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-criese-do-welfare-state>

⁶ Anos Gloriosos designa os 30 anos (de 1945 a 1975) que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial e que constituíram um período de forte crescimento econômico na maioria dos países desenvolvidos - notadamente os países membros da OCDE.

partir dos marcos da globalização no mundo, período em que propiciou o surgimento de outras formas de gestão e organização do trabalho.

Com os avanços das inovações tecnológicas, as relações no processo de trabalho se transformaram, o surgimento da cibernética, da informática e da automação impulsionou o processo de globalização no mundo. Entretanto trouxe sérias consequências para os trabalhadores, com as inovações nos maquinários substituindo a mão de obra humana contribuindo para uma crise estrutural de desemprego em massa.

Faria (1999) explica a globalização como:

Por globalização se entende basicamente essa integração sistemática da economia em nível supranacional, deflagrada pela crescente diferenciação estrutural e funcional dos sistemas produtivos e pela subsequente ampliação das redes empresariais, comerciais e financeiras em escala mundial, atuando de modo cada vez mais independente dos controles políticos e jurídicos a nível nacional (p.52).

Corroborando com o autor, a globalização é uma integração organizada da economia, de forma ampla e livre do Estado, que utiliza das inovações tecnológicas em varias áreas como transporte, comunicação, informática, automação dentre outros, acarretando um episódio de ações de interesses parecidos entre empresas produtoras, comerciais, gerando mudanças nos conceitos políticos, econômicos, sociais e ate cultural, que impactam na vida e no mundo trabalho.

O surgimento de empresas multinacionais e transnacionais, a expansão da concorrência posta pela transposição das fronteiras nacionais para produção e o comércio, os processos de reengenharia dos alicerces firmados no interior das empresas, são meramente algumas das implicações da globalização que produzem reações na relação capital X trabalho (SOUSA, 2005).

A partir da expansão da globalização surge outro modelo de produção japonesa adotado por Taiichi Ohno, o chamado “toyotismo”, esse modelo é caracterizado por ter uma produção voltada à demanda, ou seja, só produz o que já fora encomendado evitando assim estoques nas empresas, outra característica desse modelo é que o trabalhador torna-se polivalente operando em várias

máquinas, o tempo de produção é ajustado pelo sistema just-in-time⁷, e ainda acarreta horizontalização na produção, flexibilização e terceirização (ANTUNES,1995).

Nesse sentido, o toyotismo conforme sublinha Alves (2005):

Captura a subjetividade dos trabalhadores e não rompe, necessariamente, com a base taylorista/fordista. O toyotismo surge para atender às necessidades de acumulação, reprodução e valorização do capital em um período de crise de superprodução. Assim, o toyotismo é um processo de continuidade e descontinuidade com os modelos taylorista e fordista, ou seja, "[...] dá continuidade à lógica de racionalização do trabalho na perspectiva da hegemonia do capital na produção" (p. 30-35, p.39).

Esse novo modelo de produção resultou em sérias repercussões nas relações de trabalho, principalmente ao trabalhador, pois estes passaram a trabalhar em um ritmo e intensidade constante para aumentar a produção, tiveram seus direitos reduzidos, houve uma expressiva diminuição de trabalhadores nas fábricas fazendo surgir o desemprego estrutural e a ampliação da carga horária de trabalho através das horas extras, o surgimento dos trabalhos temporários e subcontratados, além do surgimento do sindicalismo de empresa que enfraqueceu os movimentos dos trabalhadores, tudo isso contribuiu para fortalecer ainda mais a expansão do capital possibilitando o aumento do lucro através da expropriação da mais-valia produzida pelo trabalhador.

A globalização no Brasil marcou a adesão de um padrão econômico que objetivava a pequena ação do Estado na economia o neoliberalismo⁸, esse modelo favoreceu a privatização das empresas estatais e a abertura para o capital interno, acarretando a participação do Estado macro na economia e micro no social, a

⁷ *Just In Time* é um sistema de administração da produção que determina que tudo deve ser produzido, transportado ou comprado na hora exata. Pode ser aplicado em qualquer organização, para reduzir estoques e os custos decorrentes. Com este sistema, o produto ou matéria prima chega ao local de utilização somente no momento exato em que for necessário. Os produtos somente são fabricados ou entregues a tempo de serem vendidos ou montados.

⁸ O Neoliberalismo é uma doutrina socioeconômica que retoma os antigos ideais do liberalismo clássico ao preconizar a mínima intervenção do Estado na economia, através de sua retirada do mercado, que, em tese, autorregular-se-ia e regularia também a ordem econômica.

flexibilização e a precarização do trabalho, bem como o aumento do desemprego, a retração do Estado, o surgimento do terceiro setor através da ideia de voluntariado e solidariedade e o capital produtivo e financeiro interpretados, ou seja, podemos analisar que a globalização no Brasil sucedeu a elaboração de uma contradição: de um lado, o aumento de emprego e a produção e venda de maior número de aparelhos tecnológicos, já do outro, o aumento da precarização do trabalho e da concentração de renda.

Antunes (1999) ressalta que, é assim que se manifesta o trabalho precarizado, diplomando um novo subproletariado. São trabalhos “terceirizados, com subcontratos, part-time, entre tantas outras proporções assemelhadas que crescem em inúmeras partes do mundo” (ANTUNES, 1999, p. 105). A consequência apontada por Antunes (1999) é a expansão do trabalho precário, temporário, parcial, informal, com subcontratos e terceirizado. Ocorre assim, uma mudança estrutural no mundo do trabalho, seguida conseqüentemente pelo desemprego estrutural.

Segundo o autor Antunes (2003):

(...) essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial (p.51).

O processo de globalização e do ajuste neoliberal propiciou sérios rebatimentos para o mundo do trabalho ,favorecendo ainda mais a exploração do homem pelo homem, trazendo mudanças em vários âmbitos, econômico, político e social, na maneira de produzir e acumular riquezas legitimando ainda mais o aumento da desigualdade social e as expressões da questão social, bem como a expansão do capital advinda dessa relação capital X trabalho.

2. TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE O SUAS, E OS REBATIMENTOS EM SEUS TRABALHADORES.

2.1 A efetivação, organização e gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) a partir do marco Constitucional (CF/1988) da Seguridade Social.

Para analisarmos a implantação e efetivação do Sistema Único de Assistência Social-SUAS no Brasil, torna-se fundamental investigarmos a trajetória que antecederia a sua fundação, abordando acerca da conjuntura dos anos de 1980 que foi a principal propulsora para que a Assistência Social fosse instituída no ordenamento jurídico brasileiro, ou seja, na Constituição Federal de 1988, como política pública de direito, ao lado da saúde e da previdência social, compondo assim o tripé da seguridade social brasileira, bem como as legislações que regulamentaram o Sistema Único de Assistência Social em uma estrutura que organiza a política de assistência social.

O modelo de proteção social fora concebido em um espaço de contradições oriundas da relação entre o capital X trabalho, contradições que ocasionaram diversas expressões da questão social⁹, o Estado perante o enfrentamento da questão social cria estratégias para legitimar e articular mecanismos de legitimação da ordem social e econômica, favorecendo assim o processo de acumulação do capital.

No final da década de 1980, acontece o progresso de abertura política e redemocratização do país, em um contexto de grande mobilização democrática e exigência de práticas inovadoras na área social, tem início uma intensa discussão

⁹ A questão social pode ser analisada como sendo o conflito social que expressa a organização da sociedade em classes, onde o trabalho assalariado é subordinado ao capital, enfrentando as crises cíclicas da economia em que ocorrem desemprego e redução de salários, afetando de forma negativa as condições de vida dos trabalhadores. A insegurança e os riscos sociais são inerentes a questão social. O conflito social se traduz em conflito político, expresso na atuação do Estado em cada contexto histórico. COSTA, Lucia Cortes de (2007). **Questão social e políticas sociais- Tendencias atuais do debate**. Texto no prelo. Publicação na revista **políticas publicas**. Universidade Católica de Pelotas.

para a formulação de uma política pública de assistência social, constitucionalmente assegurada.

No ano de 1985 o então vice-presidente eleito José Sarney, toma posse da presidência da república, substituindo o presidente eleito, Tancredo Neves que falecera dias antes de tomar posse, permanecendo aquele no poder até o ano de 1990. No governo Sarney, executa-se um quadro de reformas institucionais, visando o desenvolvimento econômico e social, esquematizando planos de realinhamento de posições, dentre tais planos destaca-se, em 1985, o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, propondo um desenvolvimentismo baseado em critérios sociais.

Neste período os debates acerca da cidadania no Brasil se intensificaram e favoreceram o programa de elaboração da Constituição Federal de 1988, mais conhecida como a Constituição Cidadã, ou ainda, Lei Maior de 1988-CF/88. A Assistência Social passou a ser definida pela Constituição Federal de 1988 como política pública de direitos e não contributiva, passando a compor o Sistema da Seguridade Social, ao lado, das ações de saúde que passa a ter uma abrangência universal onde, executado pelo Sistema Único de Saúde – SUS que, passa a ser direito de todos e dever do Estado e, ao lado também, da Previdência Social, que de maneira mais categórica reafirma um modelo de gestão pública, via contribuições sociais. Com isso a percepção de universalidade, direito e equidade nortearam para uma nova construção da política social, configurando assim um sistema de proteção social.

A Carta Constitucional vigente, aprovada em 05 de outubro de 1988, elencou uma nova concepção para a Assistência Social, incluindo-a na esfera da Seguridade Social:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a Lei (BRASIL, CF/1988).

Segundo Mota, 2010, o pressuposto principal é o de que as políticas que compõem a seguridade social brasileira, distantes de desenvolverem um vasto e planejado instrumento de proteção, obtiveram um impiedoso lugar de contradições, segundo a autora enquanto as políticas de saúde e previdência são mercantilizadas e privatizadas, ou seja, o acesso aos benefícios é restrito, a assistência social se expande em ser uma política gratuita e para quem dela necessitar, vindo a ser o principal meio de enfrentar a desigualdade social, ao passo que se torna o principal equipamento de proteção social no Brasil.

A avaliação está justamente nesse modelo de proteção social, onde há divergências na cobertura das políticas, pelo fato da previdência atender somente aos trabalhadores que contribuem para o sistema e, a assistência social estar ligada ao atendimento aos desempregados (pobres), ocorre que o Brasil é um país em que as relações de trabalho são precárias por isso esse modelo de universalidade só ocorreu em países que implantaram o Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*), no país brasileiro esse modelo de proteção social deixa descoberto os que têm renda insuficiente para suprir suas necessidades de vida.

Segundo o art. 204, da Constituição de 1988, as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, CF/1988, além de outras fontes, e organizadas nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003, p. 130).

A Lei Maior de 1988 ofertou o ensejo de meditação e modificação, fundando um modelo de proteção social, assertivo de direitos que excedesse as práticas assistenciais e clientelistas, além do surgimento de novos movimentos sociais objetivando sua efetivação.

Para regimentar e legalizar as conquistas alcançadas na CF/1988 tornou-se indispensável à aprovação de Leis Orgânicas, a luta para a criação dessas normas exigiu um complexo procedimento de organização dos princípios preconizados no texto constitucional. Sua deliberação esbarrou em forças conservadoras, convertendo-se em um processo de difícil operacionalização.

A implantação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, padeceu um demorado processo para sua inserção, seu trâmite no congresso foi adiado por diversas vezes por questões econômicas, sociais e políticas. A partir de encontros regionais realizados pelo Ministério de Bem Estar Social em todo o país culminou a Conferência Nacional de Assistência Social¹⁰, realizada em junho de 1993, no Distrito Federal.

Assim, com a pressão de entidades e especialistas na área, a plenária posicionou-se a favor construindo artigo por artigo, tornando-se tal documento conhecido como Conferência Zero da Assistência Social, que posteriormente, foi encaminhado ao Congresso Nacional, sendo em 7 de dezembro de 1993, sancionada pelo presidente Itamar Franco, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, que em seu art. 1º, define e prevê de quem é sua competência:

Art. 1º. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

¹⁰ Conferência nacional de assistência social: realizada em Brasília entre os dias 5 e 8 de dezembro, que deliberou sobre diversos assuntos e contou com diversas representações sociais. A 11ª Conferência Nacional de Assistência Social começou na terça-feira (5/12) e finalizou na sexta-feira (8/12) com mais de 2.000 participantes que discutiram sobre a “Garantia de Direitos no Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social”. Durante os quatro dias vários segmentos do Brasil avaliaram o Sistema Único da Assistência Social e na plenária final, realizada na sexta-feira, aprovaram 20 deliberações de responsabilidade da União, que foram publicadas no Diário Oficial da União.

A Lei nº. 8.742/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS) regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, assegurando a primazia da responsabilidade do Estado na gestão, financiamento e execução da política de Assistência Social. Desse modo é assegurado o modelo de gestão e de controle social de forma descentralizada e participativa, através dos conselhos federais, estaduais e municipais, com essa conquista, a política da Assistência Social tornou-se direito de todos e dever do Estado, a mesma teve por objetivo regulamentar e estabelecer as diretrizes para organizar a política da Assistência Social assegurando os direitos fundamentais na CF/1988.

Com o surgimento da LOAS, o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS, foi extinto e, instituído o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, enquanto instância máxima de deliberação, sendo este responsável por aprovar a Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

Segundo YASBEK (2004) a história da Política de Assistência Social, não termina com a promulgação da LOAS, visto que esta Lei introduziu uma nova realidade institucional, propondo mudanças estruturais e conceituais, um cenário com novos atores revestidos com novas estratégias e práticas, além de novas relações interinstitucionais¹¹ e intergovernamentais¹², confirmando-se enquanto “possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e serviços de ampliação de seu protagonismo” , assegurando-se como direito não contributivo e garantia de cidadania.

No ano de 1997 foi aprovada a primeira Norma Operacional Básica – NOB, que conceituou o sistema descentralizado e participativo da política de Assistência Social. Em dezembro de 1998, foi definido o primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, naquele mesmo ano, foi editada uma Norma Operacional Básica – NOB, de conformidade com o disposto na Política Nacional de Assistência Social. Esses instrumentos normativos estabeleceram as condições de gestão, de financiamento, de controle social, de competências dos níveis de governo

¹¹ Significa trabalho em grupo, parceria, colaboração, relação envolvendo uma ou mais instituições que se identificam pela possibilidade de desenvolver projetos, compartilhar problemas, experiências e objetivos comuns.

¹² Que se realiza entre órgãos de dois ou mais governos; que se dá entre dois ou mais governadores: organização intergovernamental, comitê intergovernamental.

com a gestão da política, de comissões de aliança, negociação e de avaliação. Criam, por exemplo, conselhos deliberativos e controladores da política de assistência social, fundos especiais para alocação de recursos financeiros específicos da assistência social e órgãos gestores da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em todos os níveis de governo.

Em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, um documento que proporcionou mudanças regulamentando as atuações da assistência social, com respaldo na Resolução de nº. 145, de 15 de outubro de 2004, a fim de adicionar as demais políticas sociais, para atender as peculiaridades sociais e territoriais, visando garantir os mínimos sociais e integrar as demandas existentes na sociedade brasileira, no que concerne a atribuição política, com o intuito de garantir segundo suas atribuições a assistência social como um direito do cidadão e dever do Estado.

A PNAS/2004 reorganiza projetos, programas, serviços e benefícios de assistência social, prevê um modelo de gestão respaldado no Sistema Único da Assistência Social – SUAS, fruto de um pacto/acordo federativo entre as três instâncias de governo (federal, estaduais e municipais) com o propósito de promover uma gestão descentralizada, participativa e articulada com as políticas públicas setoriais. Nesse sentido determina as particularidades e especificidades, campo de ação, objetivos usuários e formas de operacionalização da assistência social, como política pública de proteção social.

O grande incentivo aplicado é expandir a discussão sobre o firmamento do campo assistencial, para a superação de algumas contradições que se apresentam e o aprofundamento dos potenciais reais do SUAS, na superação das desigualdades em circunstâncias perceptíveis, com previsão de novas e superiores relações.

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, aprovou a Resolução de nº. 130 do SUAS, em 15 de julho de 2005, que aponta sobre a Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB-SUAS/2005, que regulou a organização na esfera nacional do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, materializando o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados, os serviços

socioassistenciais no SUAS são organizados segundo as referências de vigilância social, proteção social e defesa institucional .

Declarar que a assistência social deve ser especialmente reconhecida dentro de um projeto político de independência não quer dizer que ela eventualmente encare e ultrapasse a exclusão, a pobreza, e outras manifestações da desigualdade. Antes é necessário conhecer os limites das políticas sociais expressas dentro das relações de poder e dos relevantes causadores das demandas por direitos. Segundo Mota, 2010, a implementação do SUAS consolidou as ações da assistência social, o fato é que ao mesmo tempo que realiza tais ações ela retira direitos de outra determinada classe trabalhadora.

Constatamos que a assistência social é fruto da luta da classe trabalhadora, é uma conquista no campo dos direitos, entretanto, vale salientar que esse modelo de proteção social começa a ser ameaçada a partir dos anos de 1990, com a implantação do Estado Neoliberal e com a implementação de reformas voltadas a desconstituição dos direitos sociais, ao mesmo tempo torna-se campo de dominação da classe burguesa, uma vez que ela substitui os meios coercitivos por novas estratégias de dominação como é o caso das novas formas de ações compensatórias ou de inserções, antes para a população carente, ao mesmo tempo em que impõe novas condições para se ter acesso aos benefícios sociais e materiais.

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, aprovou em 25 de janeiro de 2007, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS, do SUAS, por meio da resolução CNAS nº. 269/2006, a NOB/RH/SUAS que se torna o grande marco político e institucional na gestão do trabalho, esta norma, surge por meio da organização da estruturação do setor público pois estabelece regras que qualificam a gestão, os serviços, os programas e os benefícios socioassistenciais, o SUAS vem se aprimorando e a gestão de trabalho na assistência necessita de prudência para o estabelecimento do sistema.

A precarização do trabalho e dos recursos financeiros, físicos e materiais no setor público fragilizou a política de assistência social, implicando diretamente na qualidade dos serviços e sendo necessário a criação de uma norma operacional básica de recursos humanos dentro do SUAS.

É imprescindível relatar a dificuldade no que tange a questão do financiamento da assistência social, uma vez que os serviços devem ser prestados obedecendo critérios referentes a questão do trabalho, relacionado a qualidade, quantidade, custos com a operacionalização, e gastos com capacitação de trabalhadores, a NOB-RH/SUAS, integra uma administração de capacitação dos trabalhadores governamentais e da rede prestadora de serviços respeitando a diversidade regional e baseada na educação contínua e, estabelece ainda, a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, segundo a norma, esse plano em vez de trazer transtornos a administração pública faria com que os profissionais do SUAS trabalhassem com agilidade e a qualidade dos serviços seriam excelentes o que faria que o sistema fosse excepcional.

Raichelis (2010) destaca:

A implantação do SUAS exige novas formas de regulação, organização e gestão do trabalho e, certamente, a ampliação do número de trabalhadores com estabilidade funcional é condição essencial, ao lado de processos continuados de formação e qualificação, a partir do ingresso via concurso público, definição de cargos e carreiras e de processos de avaliação e progressão, caracterização de perfis das equipes e dos serviços, além de remuneração compatível e segurança no trabalho (p. 761).

Os princípios e diretrizes¹³ presentes na NOB-RH/SUAS, estabelecem regras para gestão do trabalho na assistência social integrando os profissionais do SUAS, órgãos gestores e executores de ações, serviços, programas, projetos e benefícios da assistência Social, inclusive os consórcios públicos, entidades e organizações da assistência social.

¹³ Princípios e diretrizes nacionais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS:

- Princípios éticos para os trabalhadores da assistência social.
- Equipes de referência.
- Diretrizes para a política nacional de capacitação.
- Diretrizes nacionais para os Planos de Carreira, Cargos e Salários – PCCS.
- Diretrizes para entidades e organizações de assistência social.
- Diretrizes para o co-financiamento da gestão do trabalho.
- Responsabilidades e atribuições do gestor federal, dos gestores estaduais, do gestor do Distrito Federal dos gestores municipais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS.
- Organização do Cadastro Nacional de Trabalhadores do SUAS – Módulo CADSUAS.
- Controle social da gestão do trabalho no âmbito do SUAS.
- Regras de transição.

Destacamos a reflexão acerca da gestão do trabalho na assistência social, uma vez que depende da mesma a excelência do SUAS, outro ponto a ser destacado, está na qualificação e valorização da equipe de referência do sistema¹⁴ o que contribuiria na qualidade dos serviços ofertados, é relevante abordar os princípios que tratam da questão do preenchimento de vagas que devem ser preenchidas por meio de um concurso público e regulados em Lei, conforme a necessidade da sociedade e possibilidade da gestão.

Outro ponto crucial, que não podemos deixar de abordar, é o princípio que esclarece sobre a garantia para “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e, o fim da terceirização, garantindo a educação permanente dos trabalhadores, e realizando planejamento estratégico, garantindo a gestão participativa com controle social, e integrando e alimentando o sistema de informação.

Entretanto sabemos da omissão dos gestores em cumprir o que está estabelecido em Lei, vários são os “jeitinhos brasileiro” de cada gestor em se esquivar de colocar esse projeto em prática, cito como exemplo as nomeações em cargos comissionados, as contratações de profissionais desqualificados e a não realização dos concursos públicos, enfim tudo isso colabora para que o que fora proposto na NOB-RH/SUAS não seja efetivado.

A NOB-RH/SUAS aborda no seu terceiro capítulo, os princípios éticos para os trabalhadores da assistência social, conforme esses princípios, a assistência deve ofertar serviços com sabedoria e compromisso ético e político de profissionais que atuam para desenvolver potencialidades visando à emancipação dos usuários, deve regulamentar a atuação profissional através da elaboração de padrões e protocolos, trata dos princípios que devem orientar a ação profissional, a defesa intransigente dos direitos socioassistenciais, o compromisso na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, sigilo profissional, defesa intransigente dos direitos humanos.

¹⁴ Equipes de Referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários. (Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011).

Contudo, aqui friso uma ressalva quanto a dificuldade que os trabalhadores do SUAS, (assistentes sociais, advogados, psicólogos, orientadores sociais...) encontram no seu fazer profissional em cumprir os princípios éticos estabelecidos por cada categoria profissional, uma vez que a atual conjuntura é de um contexto de precarização, fragilização e sucateamento das políticas sociais, e a política da assistência social é diretamente afetada por não ter meios de prover o essencial nem para os usuários da política da assistência social nem para os trabalhadores do SUAS.

A Resolução de nº. 109, de 11 de novembro de 2009, admitiu a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, instituiu a padronização dos serviços socioassistenciais, criou referências fundamentais em todo território nacional, para a implementação e adequação dos serviços, configurando assim em um importante marco para a gestão da política, estabelecendo as maneiras de operacionalização dos níveis de proteção do SUAS, sendo estas, a chamada proteção social básica e a proteção especial de média e de alta complexidade.

Segundo a tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Proteção Social Básica – PSB, oferta um conjunto de serviços, programas e projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais, por violação de direitos, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e oferta de Serviços de Proteção Social Básica.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a Proteção Social Especial – PSE, organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS é a unidade pública e estatal de abrangência municipal ou regional responsável pela oferta de serviços de Proteção Social Especial.

Diante de toda análise no Sistema Único de Assistência Social, em concordância com os fundamentos da autora, MOTA, 2010, é imprescindível concordar que a assistência social mais do que uma política de proteção social se constitui num “mito social”, não pelo fato dela não ser uma política contributiva, mas pelo lugar que ela ocupa no seio da seguridade social, ainda assim permanece um abismo entre os direitos garantidos na nossa Constituição de 1988 e sua efetiva consolidação, pois essa política ainda traz um contexto de raízes assistencialistas utilizadas para apaziguar a relação capital e trabalho. No entanto torna-se um “mito social”, porque apesar das fragilidades e precarização presentes na execução da política da assistência social ocasionadas pelos cortes na seguridade social. Ainda assim no atual contexto a relevância que ela traz para o país torna-se imprescindível, pois a distribuição dos serviços e benefícios oferecidos pela mesma proporciona a diminuição dos altos índices de desigualdade e vulnerabilidade social existentes em nosso país.

Analisando a NOB-RH/SUAS que tem o dever de efetivar as políticas e organizar as ações no âmbito do SUAS, percebo o quanto a consolidação da NOB-RH representa imprecisões não funcionando 100% em sua totalidade, com vistas a implantação do Estado mínimo que afeta diretamente o sistema de proteção social. Portanto a execução da NOB- RH/SUAS ficará a mercê e dependerá de cada ente federativo implantar e seguir os princípios e diretrizes, presente no referido documento e assim efetivar e garantir o SUAS, que é um sistema de grande relevância social, que contribui no combate e diminuição da pobreza, da fome, da miséria, da vulnerabilidade e da desigualdade social que assola varias famílias no nosso país.

2.2 As Transformações advindas do Estado Neoliberal para o mundo do trabalho e os rebatimentos aos trabalhadores SUAS.

Na contemporaneidade o mundo do trabalho perpassa por diversas transformações societárias que modificam completamente as relações entre Estado e sociedade, gerando impactos inclusive nos diversos campos profissionais, suas áreas de intervenção e suportes de conhecimento e implementação. A análise das

repercussões destas transformações no âmbito do exercício profissional dos trabalhadores SUAS, agrega um complexo de determinações e mediações para elucidar. A reestruturação do capital se baseia no projeto neoliberal com o objetivo de expandir o crescimento econômico e o desenvolvimento social, ao mesmo tempo elenca inúmeros rebatimentos a classe trabalhadora. Aqui faremos uma análise sobre as transformações no mundo do trabalho advindas da implantação do neoliberalismo e os rebatimentos aos trabalhadores SUAS.

O projeto neoliberal surge na década de 1970, com o propósito de combater o keynesianismo – estado de bem estar social (1930 a 1960) e como uma solução para a crise que atingia a economia mundial em 1973, esta, advinda da crise fiscal e do aumento excessivo no petróleo.

Seu conceito está baseado em um total de ideologias, políticas e econômicas que defendem a não participação do Estado na economia e no social, de acordo com essa ideologia haveria absoluta liberdade de apoio ao mercado, pois garantiria o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. As ideias neoliberais foram implantadas a principio na Alemanha Ocidental, o Chile foi o primeiro país do mundo a aderir o neoliberalismo.

Dentre os fatores positivos do sistema neoliberal enfatizo a globalização que concerniu de fundamental relevância para o crescimento do capital através da revolução industrial e da abertura comercial, possibilitando assim o acesso à informação, à comunicação e a novas tecnologias. Destacamos também a abertura da economia com a entrada de empresas multinacionais que favoreceram o mercado de trabalho, com a criação de novos empregos.

Entretanto o Sistema Neoliberal acarretou serias consequências para os cidadãos, entre elas o aumento da desigualdade social, visto que o Estado participa de forma mínima nas necessidades dos indivíduos, por sua vez os donos das empresas aumentam seus lucros, na exploração da mão de obra desses cidadãos, gerando assim a mais valia que é à base do Sistema Capitalista, outro fator negativo desse sistema está relacionado à dependência ao chamado “Capital Internacional”, principalmente dos países mais pobres e subdesenvolvidos, contribuindo ainda para uma economia instável com fluxo de capital invertido, trazendo altos índices de desemprego ocasionado pela rotatividade e salários baixos que não atendem as

necessidades dos cidadãos, e contribuem por inflamar ainda mais as mazelas sociais.

A autora, Santos (2016) relata:

O objetivo por trás de tais medidas é de mais liberdade de mercado, com uma menor interferência do Estado, como também suas reais motivações se direcionam para a defesa dos interesses econômicos e políticos da classe dominante, tanto no centro do sistema capitalista, como na sua periferia (p.176).

No Brasil tivemos a implantação do Sistema Neoliberal nos anos de 1990, com a reforma do Estado executada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, este em sua gestão adotou medidas para combater o aprofundamento da crise, propondo a privatização das empresas estatais com o objetivo de reduzir o setor público e equilibrar a balança econômica, realizando reformas administrativas, através do Plano de Demissão Voluntária – PDV, favorecendo a abertura comercial com a reforma fiscal em favor dos capitalistas, validando também no país o aumento do desemprego, os baixos salários, o aumento do trabalho informal, a flexibilização¹⁵ e precarização do trabalho.

Bering (2008) ressalta:

A resposta da crise sempre invocada como um processo natural, a exigir respostas praticas, estaria na redução de custos, por meio da flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se o Estado da regulação destas relações, inclusive no que se refere á questão de proteção social, com a redução dos encargos sociais (p.214).

O Estado passou a agir de forma reduzida, buscando um Estado mínimo, realizando cortes nas políticas sociais, de saúde, educação e na assistência social. Frente a análise das contradições e consequências no sistema Neoliberal, percebe-se claramente, que todas essas medidas afetaram os trabalhadores por não prover meios, nem condições de empregabilidade, nem prover os mínimos sociais

¹⁵ Flexibilidade é a característica do que é flexível, ou seja, aquilo que consegue se dobrar com facilidade; maleável. Também pode significar algo que se move com facilidade e agilidade, ou que possui fácil manuseio.

essenciais às necessidades humanas, se configurando assim com a desestruturação do Estado e a perda dos direitos sociais assegurados no art. 6º, da nossa Constituição Federal de 1988, fruto da conquista da luta da classe trabalhadora.

A esse respeito à autora Bering (2008) ressalta:

Trata-se de uma contra reforma, já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário, na medida em que são observadas as condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como as condições de participação política. As políticas neoliberais comportam algumas orientações que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade, e competitividade (p.58).

A autora realiza uma crítica contundente ao pensamento neoliberal, ao afirmar que a contra reforma é uma evocação do passado, pois o que se observa é o aumento de uma sociedade desigual com o desmonte das políticas sociais, e a perda dos direitos sociais, só que o Estado em vez de pregar a ideologia do individualismo, onde o indivíduo era o principal responsável por suprir suas necessidades básicas, agora utiliza-se da era da publicização, transferindo o que seria de sua responsabilidade para a sociedade civil pregando uma ideologia de voluntariado fazendo emergir o chamado Terceiro Setor.

Ceolin (2014) corrobora:

O neoliberalismo difunde a ideia de que o estado de bem estar social pertence ao foro privado dos indivíduos e seus grupos sociais. Deslocam-se as respostas às manifestações da questão social da esfera do Estado para o mercado e a sociedade civil. A ideologia liberal estimula um vasto empreendimento de refilantropização do social, não admitindo os direitos sociais como função estatal e operando, assim, uma profunda despolitização da questão social, ao desqualificá-la como questão pública (p.253).

O trabalho é a atividade por meio do qual o ser humano cria e recria o mundo em que vive, isto é, cria e recria sua vida material e imaterial, ou seja, produz

sua vida social e individual. O ponto a ser abordado não é que o homem viva por conta do trabalho, mas é por meio dele que mantem suas necessidades humanas. Portanto a repercussão do trabalho exerce intervenção no processo de construção dos indivíduos, como no processo de relações sociais.

As relações de trabalho são o elo que se elaboram no campo do trabalho, são as relações estabelecidas no processo de trabalho, segundo a teoria do materialismo histórico dialético¹⁶ de Karl Marx, o trabalhador vende sua mão de obra ao empregador, que compra a força do trabalho no chamado processo de produção capitalista, beneficiando o empregador que por sua vez ficará com a mais valia, que será produzida no meio do processo.

No âmbito do SUAS essa relação não é diferente, os trabalhadores que atuam no sistema vendem sua força de trabalho às instituições governamentais, aos entes federados (União, Estados e Municípios) e para instituições da sociedade civil, que por suas vez ditam as regras e impõem condições que causam implicações no processo de trabalho, efeitos estes relacionados a relação de contradição existente entre capital X trabalho.

Analisando as características gerais do sistema Neoliberal observaram os efeitos acarretados no mundo do trabalho, dentre estes algumas implicações decorrentes do processo de reforma do Estado que atingiram os trabalhadores do SUAS. Percebe-se neste período como principais particularidades do sistema o desmonte das políticas sociais que contribuíram para que os serviços e benefícios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social ficassem fragilizados, precários. Dessa forma os trabalhadores do SUAS encontram obstáculos para realizar o seu fazer profissional, pois estes intervêm justamente na efetivação e distribuição das políticas sociais.

Por sua vez as condições para realizar e efetivar o que a NOB-RH/SUAS preconiza estão escassas no atual contexto da política de assistência social e conseqüentemente das relações no processo de trabalho no SUAS.

Percebe-se a precarização como uma das principais tendências contemporâneas frente às relações no processo de trabalho no SUAS, face esse

¹⁶ Método filosófico de análise da sociedade sob um ponto de vista histórico e econômico; pauta-se no princípio de que o tipo de produção econômica de uma região influi de maneira determinante na cultura, religião, moral, ciência e/ou nas artes da sociedade que nela vive.

conflito que alarma no dia a dia do trabalho, o trabalhador assalariado recebe as análises dos processos atuais de precarização, como explica ALVES (2010: p. 39), os processos de precarização expressam a dessubjetivação de classe. “Os processos de dessubjetivação de classe implicam dinâmicas sociais, políticas ideológicas e culturais que levam a dissolução de “coletivos de trabalho”” e, uma progressiva precarização, que se torna inerente ao cotidiano do trabalhador, sem que este objetive sua negação.

Barros (2019) corrobora afirmando:

A forma como se apresenta a precarização do trabalho no século XXI expressa a existência de uma multiplicidade de fenômenos. Exatamente por isso, analisar um conjunto de manifestações tão distintas e complexas, como informalidade, contratos temporários, trabalho em tempo parcial, terceirização, contrato zero hora, entre outras é um enorme desafio. Isso não se dá apenas pela diversidade das formas como a precarização se manifesta, mas também pela multiplicidade de particularidades históricas, políticas e espaciais como se desenvolve (p.78).

A reestruturação produtiva¹⁷ obscurece a relação capital-trabalho, intensifica a fragmentação dos trabalhadores e potencializa o controle de sua subjetividade pela burguesia, enfraquecendo a classe trabalhadora, abrangendo o processo de fragmentação e precarização no mundo do trabalho trazendo consequências diretamente ligadas às condições de trabalho dos trabalhadores da rede SUAS, como também interferem diretamente no aspecto profissional e pessoal de seus trabalhadores.

Dessa forma os trabalhadores do SUAS ao atuarem junto a proteção básica realizada nos CRAS e na proteção especial realizada nos CREAS, estão expostos a lidar cotidianamente com situações de altos índices de violência física, sexual, ou psicológica, além de casos de extrema vulnerabilidade social, e assim realizar sua ação em um contexto de escassez dos serviços e benefícios públicos realizando sua intervenção propondo respostas as demandas apresentadas na maioria das vezes agindo na imediaticidade, o que acaba por favorecer para que os trabalhadores

¹⁷ Ação ou efeito de reestruturar; de estruturar novamente; de providenciar ou desenvolver uma nova estrutura. O mesmo que frutífera, lucrativa, proveitosa. Que produz ou pode produzir, gerar.

SUAS sintam um desânimo constante por não ter meios de realizar sua atuação profissional, de acordo com o que emana a NOB/RH-SUAS.

Segundo a autora Raichelis, 2013, os trabalhadores SUAS estão inseridos na divisão social e técnica do trabalho, então semelhante aos demais trabalhadores estes sofrerão também as metamorfoses sucedidas no mundo do trabalho, seja no âmbito estatal ou da produção, pois estes também vendem sua força de trabalho as instituições estatais em troca de uma remuneração. Assim os trabalhadores do SUAS materializam requisições, desempenham suas funções e atribuições, desenvolvem atividades em trabalho coletivo, além das normas contratuais de salário, jornada de trabalho, submetendo-se também a circunstâncias vinculadas a trabalho temporário, desgastantes e precarizados, cujas implicações refletem na subjetividade do trabalhador e nas suas condições físicas e psíquicas, verifica-se um processo de adoecimento da classe trabalhadora em geral e também dos trabalhadores do SUAS categoria alvo deste estudo.

Assim ressalta Raichelis (2013):

Os impactos do trabalho na saúde do trabalhador têm sido estudado em vários campos do conhecimento, inclusive pelo Serviço Social, mas ainda muito pouco se conhece sobre o adoecimento de assistentes sociais diante da exposição continuada às mais dramáticas expressões da questão social, lidando com a dura realidade enfrentada por homens e mulheres das classes subalternas na sociedade brasileira; e também diante da impotência, em muitos casos, frente a ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social (p. 630).

A intensificação do trabalho aliado às condições de técnicas e tempo constante contribui para que os trabalhadores do SUAS se desgastem fisicamente, mentalmente, e racionalmente, estas expressões são precarizações e desgastes próprios do processo de trabalho no capitalismo com exacerbada exploração da força de trabalho dos trabalhadores. No SUAS em especial dado a complexidade das demandas, num contexto de escassez de recursos institucionais, o que impacta negativamente nas condições subjetivas e na vida dos trabalhadores. A intensificação do trabalho passa a ser produtora da mais valia, essa compreensão de intensidade supõe que toda a atenção executada no trabalho esteja voltado ao

trabalhador, ou nos trabalhadores, e não em outros motivos do processo de trabalho que também possam modificar o resultado.

DAL ROSSO (2008) aborda que além do envolvimento pessoal, o trabalhador faz uso de relações estabelecidas com outros sujeitos, através da realização do trabalho em equipe, trabalhadores sem os quais o trabalho se tornaria inviável. São levadas em conta na análise da intensificação do trabalho as relações de cooperação com o coletivo dos trabalhadores, a transmissão de conhecimentos entre si que permite um aprendizado mútuo e respostas às demandas postas, e as relações familiares, grupais e societários que acompanham o trabalhador em seu cotidiano e que se refletem dentro dos locais de trabalho, quer como problemas, quer como potencialidades construtivas¹⁸.

Nessa perspectiva a intensificação do trabalho como forma de precarização, ocasiona serias consequências à saúde física e mental dos profissionais do SUAS. Todavia essa não é uma particularidade de quem trabalha somente no SUAS, mas de quem trabalha no sistema capitalista, pois como em qualquer outro processo de trabalho no capitalismo, no SUAS os trabalhadores também sofrem com a precarização, e este sofrimento chama-se adoecimento, que se acirram em função das particularidades das demandas que ali chegam.

Destacamos Dal Rosso (2008):

Resultarão desse envolvimento superior do grupo com o trabalho um desgaste também maior, uma fadiga mais acentuada e correspondentes efeitos pessoais nos campos fisiológico, mental, emocional e relacional. Em suma, para a obtenção de mais ou melhores resultados, em qualquer situação de trabalho que seja, dentro das restrições estabelecidas, o grau de intensidade deverá ser superior em alguma medida. Intensidade são aquelas condições de trabalho que determinam o grau de envolvimento do trabalhador, seu empenho, seu consumo de energia pessoal, seu esforço desenvolvido para dar conta das tarefas a mais (p. 22).

¹⁸ Potencialidades é o plural de potencialidade. O mesmo que potenciais, capacidades, inteligências, talentos construtiva é o feminino de construtivo. O mesmo que criadora, fomentadora, organizadora.

A intensificação do trabalho aliado à falta de concurso público, à instabilidade no emprego, os contratos temporários, a alta rotatividade, dentre outras instabilidades existentes no sistema, só confirmam que as relações trabalhistas são fragilizadas e precarizadas. Tornando-se assim um entrave para que os trabalhadores do SUAS se organizem enquanto classe trabalhadora e lutem em prol de melhores condições de trabalho, o profissional se vê dominado pela lógica do capital, a exploração da força de trabalho humano, pois o medo de ser tornar mais um desempregado na fila do exército industrial de reserva permeia estes trabalhadores, sendo que os mesmos necessitam garantir suas necessidades básicas bem como de suas famílias.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), "A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade". Essa definição, de 1946, foi inovadora e ambiciosa, pois, em vez de oferecer um conceito inapropriado de saúde, expandiu a noção incluindo aspectos físicos, mentais e sociais. A Organização das Nações Unidas-ONU elenca os principais fatos sobre o termo, segundo a mesma a saúde mental é determinada por uma série de fatores socioeconômicos, biológicos e ambientais, a questão socioeconômica ganha destaque, pois existe pressão para que os trabalhadores sejam cada dia mais produtivos, o que leva a condições de trabalho estressantes. A OMS, enfatiza que uma boa saúde mental permite que uma pessoa utilize suas habilidades de maneira produtiva, segundo estudos da ONU, o Brasil é o primeiro do ranking de trabalhadores portadores de doença mental na América Latina com 9,3% o que equivale a 18,6 milhões de pessoas, perdendo somente para os Estados Unidos com 5,9% de pessoas apresentando algum transtorno mental.

É imprescindível reconhecer que a ofensiva neoliberal traz constrangimentos e viola direitos que tem impactos diretos na vida e no trabalho dos profissionais SUAS, apresentando-se diferentes formas, como o assédio no trabalho, e a ameaça iminente à vida. Como resultado da exposição a esses constrangimentos, Vicente (2015) aponta as manifestações físicas e mentais que são mais recorrentes neste trabalho, como distúrbios de sono, medo e crises de choro, sentimento de impotência, depressão, angústia, ansiedade, fadiga, síndrome do pânico, e alterações de metabolismo.

Santos e Manfroi (2012) destacam que:

O crescimento da demanda, aliado à falta de condições de trabalho nas instituições, tem acarretado inúmeros problemas de saúde aos profissionais. Os problemas são de ordem física, tais como dores, hipertensão, cansaço, doenças profissionais e também emocionais, como frustração, desânimo, angústia, ansiedade, insônia, decorrentes das condições de trabalho e da própria precariedade das instituições. Esse crescente adoecimento profissional se deve à insegurança desencadeada pelas alterações, seja no mundo do trabalho, seja nas políticas sociais, decorrentes do neoliberalismo (p. 249).

Percebe-se no cenário contemporâneo que as relações no processo de trabalho no âmbito do SUAS estão inseridas em relações de domínio, de poder e de interesses econômicos, uma vez que os princípios e diretrizes que preconizam o SUAS estão desmedidamente escassos efetivando a intensificação e precarização do trabalho, ignorando o lado humano, uma vez que os trabalhadores do SUAS são profissionais que atuam diretamente em situações de risco e vulnerabilidades sociais e necessitam estarem com ampla saúde mental e física para realizar sua intervenção profissional orientando e acompanhando os usuários do sistema, o Estado em sentido amplo, tem o dever primordial de garantir e assegurar a proteção social prevista no art. 6º, da Carta Magna de 1988, e prover meios de efetivar o que está inserido na NOB-RH/SUAS, porém esta é uma relação mediada pela dependência de muitos, pela alienação de alguns e ganancia de outros, o Estado acaba tornando-se omissor ao transferir sua responsabilidade para a sociedade civil através do Terceiro Setor.

3. ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CREAS: OS REBATIMENTOS AOS TRABALHADORES SUAS, ADVINDAS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CREAS DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE – CE.

3.1 Caracterização do Campo de Estágio

A política Nacional de Assistência Social fora efetivada como política de direito na Constituição Federal de 1988, e desde então, sucederam-se amplos progressos na gestão organizacional e funcional desta política, como a implantação da LOAS no ano de 1993, bem como da PNAS no ano de 2004 até a efetivação do Sistema Único de Assistência Social em 2005 que teve por objetivo organizar a assistência social brasileira.

Este aparato na evolução da assistência social veio assegurar os princípios de supremacia, de universalização dos direitos sociais, do respeito à dignidade da pessoa humana, da igualdade de direitos e divulgação ampla dos benefícios sociais, tendo a família como categoria central e digna da proteção social promovida pelo Estado.

Battini (2007) afirma:

O SUAS permite especialmente, a articulação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a universalização de acessos territorializados e a hierarquização de serviços por níveis de complexidade e porte de municípios, com repactuação de responsabilidades, entre os entes federados (p.61).

Dessa forma o SUAS, passa a se organizar e a ofertar dentro da política de assistência social vários serviços, programas, projetos e benefícios de transferência de renda como o Programa Bolsa Família – PBF, e o Benefício de Prestação Continuada – BPC, passando a garantir a proteção social básica tendo por referência o Centro de Referência de Assistência social (CRAS), e a proteção social especial tendo por referência o Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), através da resolução de nº 109, de 11 de Novembro de 2009.

Couto (2010) traz uma análise sobre os CRAS e os CREAS:

A instalação dos CRAS e CREAS é estratégica para organizar e qualificar a rede socioassistencial e potencializar os seus resultados. Nesse processo, a construção de fluxos e conexões é apontada como requisito e como tarefa a ser desenvolvida com prioridade, de forma a construir competência e mobilidade dos usuários no sistema, sem promover encaminhamentos e esforços desnecessários de baixa resolutividade e com grande desgaste para os mesmo (p.187).

O interesse em discutir a respeito da temática surgiu a partir das experiências vivenciadas durante os estágios supervisionados realizados entre os anos de 2018 e 2019 no CREAS, localizado no município de Juazeiro do Norte-CE, onde pode-se relacionar a teoria e a prática e compreender o fazer profissional do assistente social, permitindo uma compreensão do funcionamento das políticas e a necessária articulação das redes junto à proteção social especial, percebendo na prática a materialização do compromisso ético político da categoria.

Tendo como espaço sócio ocupacional o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, localizado na cidade de Juazeiro do Norte – CE, o equipamento consiste em promover a proteção social especial de média e alta complexidade, visando ofertar ações de proteção, orientação e acompanhamento psicossocial¹⁹ individual a crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos vítimas de violência, liberdade assistida e famílias em situações de risco ou violações de direitos, contribuindo assim para o fortalecimento do vínculo familiar.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, através de acolhimentos, orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais com resolutividade, orientação sócio familiar, atendimento

¹⁹ O acompanhamento psicossocial é um procedimento onde considera-se a vida do indivíduo e também sua vida social. É realizado normalmente por uma equipe composta pela Psicologia e pelo Serviço Social. Busca-se, através do apoio, orientações e suportes para manutenção e/ou melhoria da sua saúde mental, bem como das suas relações interpessoais.

psicossocial, orientação jurídico social, comunicação e defesa de direitos, apoio à família na sua função protetiva, acesso à documentação pessoal, mobilização, identificação da família extensa ou ampliada, articulação da rede de serviços socioassistenciais, articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais, articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos.

Segundo o Caderno de Orientações Técnicas (2011) o CREAS tem por objetivo:

Assegurar a proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social; Fortalecer as redes sociais de apoio à família; Contribuir no combate a estigmas e preconceitos; Prevenir o abandono e a institucionalização; Fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família (p.17).

A instituição CREAS oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos – PAEFI, no qual atuei nos estágios supervisionados I e II. Em se tratando do PAEFI, programa que funciona dentro da estrutura física do CREAS-JN, esse é um serviço de orientação que tem por objetivo o acompanhamento de famílias que possuem indivíduos em situações de vulnerabilidades, como ameaça ou violação de direitos, cujo objetivo é preservar e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, assegurando a função protetiva das famílias.

A esse respeito à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) assegura:

O atendimento no PAEFI, fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas as famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos. Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito (p.19).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS dispõe de uma equipe de aproximadamente 16 (dezesesseis) profissionais, sendo, 01 (uma) coordenadora, 05 (cinco) assistentes sociais, 03 (três) psicólogas, 02 (dois) advogados, 05 (cinco) orientadoras sociais e 01 (um) veículo com motorista. Para que se possam realizar as visitas domiciliares, institucionais, abordagens sociais (busca ativa), dentre outras ações que necessitem serem realizadas por aqueles profissionais.

Para um bom êxito das ações realizadas pelo CREAS, torna-se indispensável que a rede socioassistencial funcione dentro de cada município, pois o fortalecimento das políticas sociais dependerá da intersetorialidade existente entre ambas, desta forma ocorrerá à concretização dos objetivos do Centro de Referência Especializado de Assistência social-CREAS.

Percebe-se o grande avanço na trajetória da política da assistência social expressa desde a Constituição Federal de 1988 quando esta passou a ser política pública de direito ao lado das políticas de Saúde e previdência compondo assim o tripé da seguridade social, até a efetivação e gestão do SUAS no ano de 2005. Entretanto se faz necessário compreender que cada avanço ocorrido na política surgiu de acordo com a expressão da questão social de cada contexto histórico, e que todas intervenções realizadas por intermédio do Governo, o objetivo maior sempre foi apaziguar a contradições existentes nas relações capital X trabalho.

3.2 Traçado metodológico para realização da pesquisa

A metodologia de um trabalho científico é uma das partes essenciais para a evolução da pesquisa científica, pois propicia a aplicação prática de uma série de processos metodológicos de investigação utilizados por pesquisadores para o desenvolvimento de seu estudo. Possibilitando então que o pesquisador alcance os objetivos esperados.

Segundo BARROS e LEHFELD (2002), a pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos. Desta forma a pesquisa acaba

sendo a interrogação, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade.

Diferentemente da pesquisa de rotina, a pesquisa científica requer uma investigação apurada e precisa ser escrita e alinhada de acordo com as normas técnicas vigentes. Por ser um processo complexo, o pesquisador precisa cumprir etapas como: definição da linha de pesquisa, definição da metodologia, apuração do assunto, busca por informações em fontes fidedignas, definição e leitura de bibliografia – com obras e autores considerados referência no assunto – e, por fim, estruturação e redação do texto.

Considerando que o objetivo deste trabalho é analisar e compreender as relações no processo de trabalho dos trabalhadores do SUAS, que compõem a equipe técnica do CREAS, no município de Juazeiro do Norte – CE, e a influência destas aos seus profissionais. A presente pesquisa será do tipo bibliográfico, de campo com abordagem qualitativa do tipo descritiva, utilizar-se-á de técnicas de observação e entrevistas semiestruturadas, visando aprimorar o conhecimento sobre o assunto, embasadas no materialismo histórico e dialético que permitirá uma visão crítica e total do objeto de estudo.

Fonseca (2002) descreve:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (p.32).

Optou-se também pela pesquisa de campo objetivando uma maior aproximação com o objeto da pesquisa, possibilitando uma melhor compreensão da realidade em estudo.

Marconi e Lakatos (2003) enfatizam:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (p.188).

A pesquisa de campo utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada tendo como particularidades um questionamento básico, fundamentado em teorias científicas e hipóteses que relacionam o tema apresentado pelo pesquisador, possibilitando assim novas hipóteses e questionamentos. (TRIVINOS, 1987, p.146). Dessa maneira o entrevistador chega ao seu objetivo na realização da pesquisa. Por esse motivo a justificção de escolhermos o método de entrevista semiestruturada, visto ser a melhor técnica para alcançar resultados.

Ainda assim a investigação se apresenta com uma abordagem qualitativa, pois busca explicar e analisar as características essenciais relacionadas as relações de trabalho no SUAS, e as influencias em seus trabalhadores, baseando-se em conceitos reais e não exclusivamente em dados quantificáveis. Considerando o objeto da pesquisa e os objetivos almejados.

Mynaio (2012) ressalta:

A pesquisa qualitativa preocupa-se, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p. 33).

Levando em consideração à temática e o instrumento de coleta de dados escolhido, a pesquisa fora realizada entre os meses de setembro de 2018 a junho de 2019, as entrevistas foram realizadas no mês de novembro de 2019, com os trabalhadores do Centro De Referencia Especializado de Assistência Social – CREAS, localizado no município de Juazeiro do Norte – CE.

O critério adotado para definir a população estudada dessa pesquisa deu-se por perceber que os trabalhadores do SUAS estão expostos a uma grande carga emocional e psicológica oriunda de uma rotina desgastante a que são levados a gerenciar as mais diferentes formas de vulnerabilidade, abandono e violência que são levados quem procura atendimento, bem como a fragilização dos serviços públicos, pois a intervenção desses profissionais frente as demandas expostas dependerá do bom funcionamento da rede socioassistencial. Portanto os trabalhadores do SUAS mais do que ninguém são as pessoas certas para relatar se as relações no processo de trabalho no CREAS rebatem ou não em seus profissionais.

Entende-se por população, um conjunto de elementos que detém uma característica comum sobre o qual se deseja obter informações para se desenvolver alguma análise. Entende-se por amostra um conjunto reduzido da população que mantém todas as características essenciais da mesma. Uma boa amostra deve ser representativa e imparcial, ou seja, deve conter tudo o que uma população possui, respeitando-se as devidas proporções. O mecanismo de escolha dos elementos para compô-la deve permitir que todos tenham a mesma oportunidade (probabilidade) de ser escolhido.

As pesquisas crítico-dialéticas segundo Gamboa, 2010, questionam fundamentalmente a visão estática da realidade implícita, esta visão esconde o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade. Sua postura marcadamente crítica, expressa a pretensão de desvendar, mais que o “conflito das interpretações”, o conflito dos interesses. Essas pesquisas manifestam um “interesse transformador” das situações ou fenômenos estudados, resguardando sua dimensão sempre histórica e desvendando suas possibilidades de mudanças.

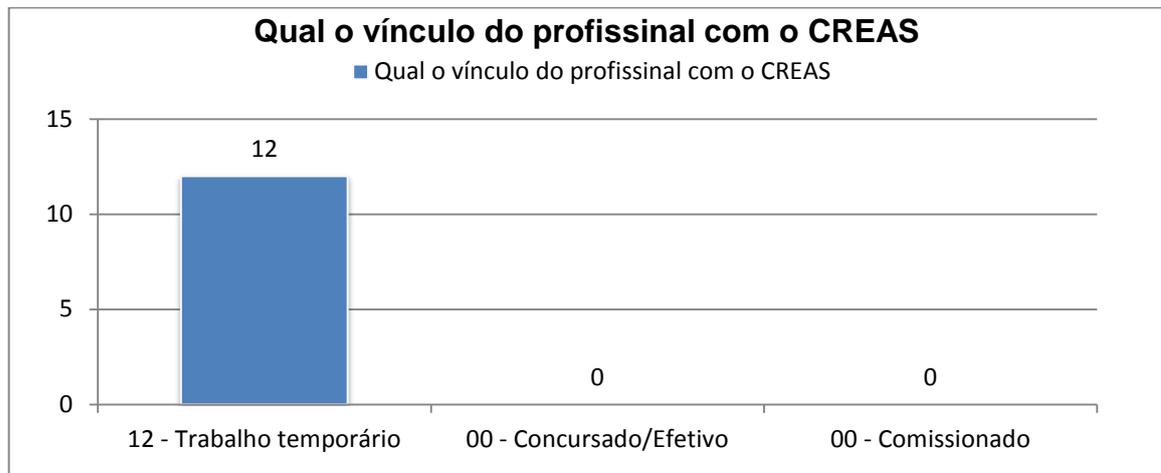
A população estudada desta pesquisa é composta por uma amostra de profissionais atuantes no âmbito do SUAS, especificamente no CREAS do município de Juazeiro do Norte – CE. Num quadro de 16 (dezesesseis) profissionais, foram coletados dados junto a 12 (doze) trabalhadores, destes, 01 (um) psicólogo, 04 (quatro) assistentes sociais, 05 (cinco) orientadores sociais e 02 (dois) advogados. Sobre os 04 (quatro) profissionais de onde não conseguimos coletar os dados, uma assistente social se negou a responder, alegando falta de tempo, os demais se encontravam afastados do trabalho por licença médica.

Segundo a resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS nº 510, de 07 de abril de 2016), a pesquisa que envolve seres humanos é caracterizada pela participação de pessoas, de forma direta ou indiretamente, na sua integralidade ou em partes, de forma particular ou coletiva, abrangendo bem como o manuseio das referências materiais. Desta forma, os profissionais entrevistados foram submetidos ao termo de consentimento livre e esclarecidos. Conforme ainda a mesma resolução e em respeito ao sigilo dos trabalhadores CREAS me referirei a estes trabalhadores especificando somente a profissão o que relatam a parcela de assistentes sociais, psicólogos, orientadores sociais e advogados, preservando a integralidade dos mesmos.

3.3 Análise qualitativa das respostas aos quesitos formulados aos trabalhadores do CREAS de Juazeiro do Norte – CE

Essa pesquisa utilizou-se nove questionamentos, sendo sete de perguntas objetivas e duas perguntas subjetivas tendo como objetivo primordial analisar e compreender as relações de trabalho no CREAS, e se estas relações de trabalho rebatem ou não em seus trabalhadores. O primeiro quesito desta pesquisa teve por objetivo especificar os vínculos empregatícios dos trabalhadores. As opções apresentadas estavam relacionadas a saber se os profissionais seriam concursados, trabalhadores temporários ou trabalhadores de cargo comissionado. E assim compreendermos o contexto a totalidade dos vínculos empregatícios no CREAS. Conforme veremos no gráfico a seguir.

Gráfico 01: Especificação do vínculo empregatício.



Fonte: Primária, 2019.

Ao analisarmos as respostas percebe-se que esse resultado está diretamente relacionado às configurações produzidas pelo neoliberalismo que impactaram de forma direta o mundo do trabalho e o lugar que o trabalhador ocupa na sociedade.

Antunes (2005) configura esse quadro:

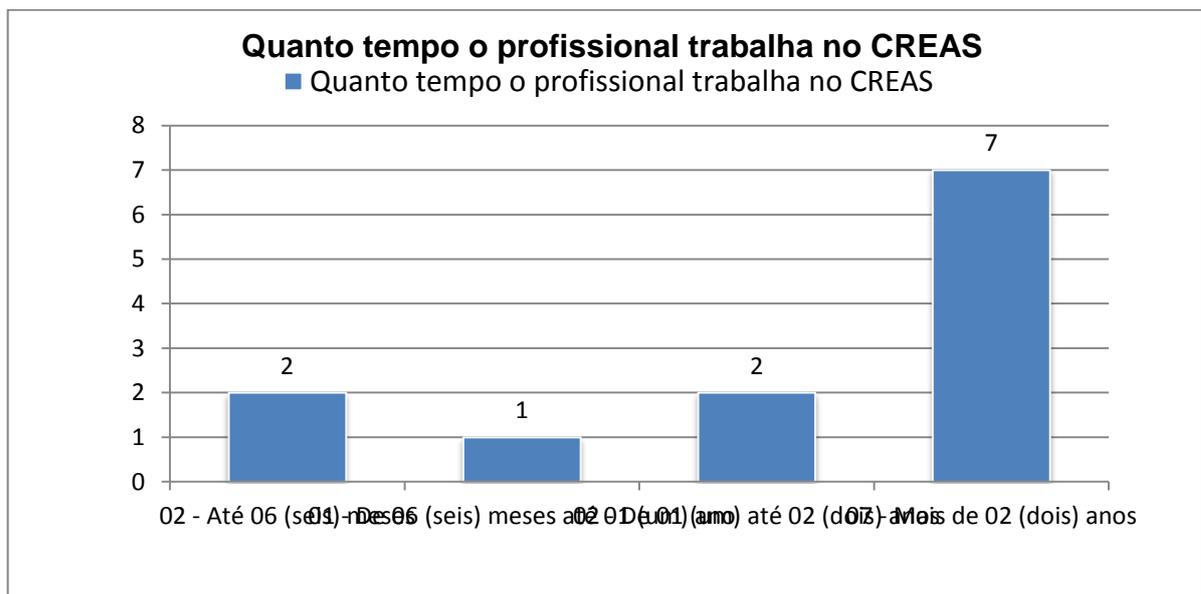
A nova morfologia do trabalho, em que o capital moderno amplia enormemente o contingente de trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários e tantas outras espécies de informalização do trabalho, proliferadas em todas as partes do mundo (p.52,53).

Percebe-se que a flexibilização do trabalho com contratos temporários atingiu as políticas públicas, aparecendo como um ponto negativo para sua consolidação e efetivação. Segundo Araújo Et Al (2006) apontam que a flexibilização de contratos na administração pública vem sendo realizada desde 1967, a partir do Decreto-Lei nº 200, o qual previa a descentralização das atividades da administração federal, visando ao rompimento com a rigidez burocrática da administração estatal. Todavia, isso conduziu à negligência na gestão de recursos humanos, pauta que atualmente tem sido recorrente no SUAS, afetando diretamente os trabalhadores do sistema, estes que diariamente contribuem para efetivar os direitos sociais dos assistidos no equipamento CREAS, convivem com os seus direitos sendo negados,

pois estão obrigados a trabalhar sem direito a nenhum benefício, como férias remuneradas, 13º salário e outros auxílios assegurados na Consolidação das Leis Trabalhistas.

O segundo eixo desta pesquisa objetiva saber quanto tempo os profissionais trabalham no CREAS, o gráfico abaixo elenca os resultados.

Gráfico 02: Especificação de tempo de trabalho no CREAS.



Fonte Primária, 2019

A justificativa do resultado acima se dá, porque os trabalhadores do CREAS realizam suas intervenções junto a crianças, adolescentes, idosos e famílias que tiveram violações em seus direitos, seja por violência física, psicológica, sexual ou patrimonial. A proteção social especial oferece a estas vítimas os serviços de orientação e acompanhamentos. Tornando-se fundamental que os trabalhadores do equipamento formem vínculos com as famílias assistidas, pois só assim poderão dá continuidade ao trabalho e conseguirem o objetivo maior que é a superação da violência ocorrida.

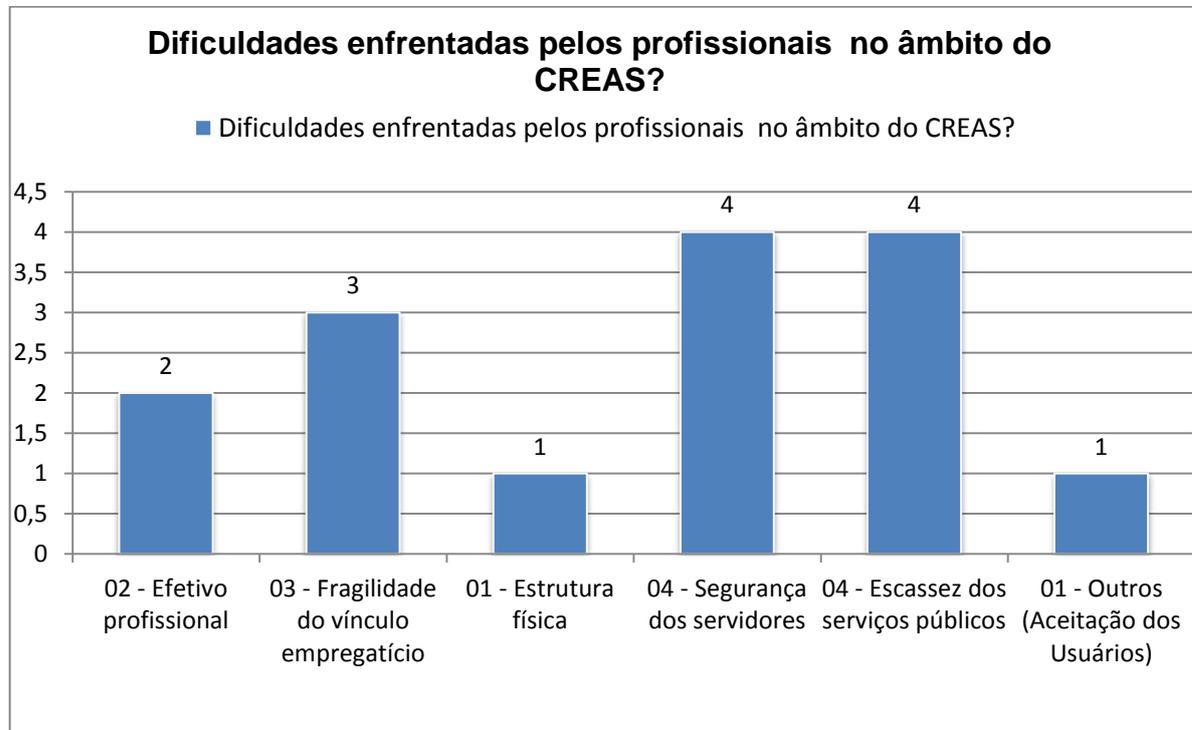
A esse respeito às Orientações Técnicas do CREAS (2011) ressaltam:

A oferta de trabalho social nos CREAS pressupõe a utilização de diversas metodologias e técnicas necessárias para operacionalizar o acompanhamento especializado. Requer ainda a construção de vínculos de referência e confiança do usuário com a unidade e profissionais da equipe, além de postura acolhedora destes, pautada na ética e no respeito à autonomia e a dignidade dos sujeitos. Nesse contexto, a escuta qualificada em relação às situações e sofrimentos vivenciados pelos usuários tornam-se fundamentais para o alcance de bons resultados e a viabilização do acesso aos direitos (p.28).

Desta forma vale destacar que a integração das equipes de trabalho e, a interação da equipe com as famílias, junto às estratégias de assessoria profissional é fundamental para viabilizar os serviços e atendimentos ofertados no CREAS. O que justifica a preocupação dos gestores em não está frequentemente mudando o quadro profissional.

A fim de identificar as maiores dificuldades enfrentadas pelos profissionais no âmbito do CREAS, descrevemos algumas alternativas relacionadas à precarização do trabalho já percebidas por essa acadêmica nos estágios supervisionados I e II, mas que precisavam tornar-se comprovadas nessa pesquisa pelos profissionais. O questionário fora composto por seis alternativas, podendo os entrevistados elencar mais de uma dificuldade conforme a percepção de cada um, o gráfico a seguir elenca as dificuldades existentes no referido equipamento.

Gráfico 03: identificação das maiores dificuldades enfrentadas pelos profissionais do SUAS no âmbito do CREAS.



Fonte: Primaria, 2019.

Conforme o gráfico acima, constatamos que umas das maiores dificuldades por eles enfrentadas está na escassez dos serviços públicos, a fragilização das políticas sociais e o não funcionamento da rede socioassistencial dificultam o trabalho intersetorial²⁰, e a intervenção desses profissionais frente às demandas expostas no equipamento.

A respeito da articulação com a rede, a Orientações Técnicas do CREAS (2011) preconiza:

Identificadas às demandas cujo atendimento ultrapassem as competências do CREAS, as famílias e indivíduos devem ser encaminhados para acessar serviços, programas, e benefícios da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de

²⁰ Trabalho intersetorial - se refere à articulação entre setores e saberes, para responder, de forma integrada, a um objetivo comum. É uma nova maneira de trabalhar, de governar e de construir políticas públicas, que possibilita a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais, para produzir efeitos mais significativos na vida da população, respondendo com efetividade a problemas sociais complexos.

defesa de direitos. Estes encaminhamentos devem ser monitorados, no sentido de verificar seus desdobramentos, e discutidos com outros profissionais da rede que também atendam a família ou indivíduo (p.60-61).

Analisando o gráfico percebemos ainda que a falta de segurança dos servidores, é também uma das maiores dificuldades encontradas frente a essa realidade, sendo comprovada diariamente na rotina daqueles profissionais, pois os mesmos intervêm diretamente em situações de atos infracionais e ficam completamente vulneráveis. Tornando-se extremamente necessário a intervenção do município a fim de propiciar um sistema de segurança eficaz, com instalação de câmeras em toda instituição, e o envio de um guarda municipal, já seria de grande valia para que os profissionais e os usuários do equipamento sentissem-se mais seguros.

Segundo a pesquisa a fragilidade dos vínculos empregatícios também é outra dificuldade enfrentada no âmbito do CREAS, conforme percebido no primeiro gráfico dessa pesquisa, 100% dos trabalhadores não são efetivados, são trabalhadores temporários que não encontram estabilidade no emprego, pois os contratos de trabalho são renovados a cada seis meses, a preocupação excessiva por não ser concursado e o medo de não ter o seu contrato de trabalho renovado permeia a vida destes trabalhadores e isto fora comprovado no relato de alguns profissionais.

O gráfico apresenta ainda que a falta de efetivo profissional esta entre um dos impasses encontrados no CREAS, e isso é comprovado devido à falta de profissionais suficientes para atender a enorme demanda de um município que tem uma população estimada de mais de 274.000 (duzentos e setenta e quatro mil) habitantes e uma população flutuante de romeiros, que nas grandes romarias passam de meio milhão de pessoas nas cidades.

As orientações técnicas do CREAS (2011) estabelecem que:

A natureza da atenção ofertada pelo CREAS, e o caráter público estatal da unidade, implicam na composição da equipe de trabalho por serviços públicos efetivos. O vínculo de trabalho dos profissionais, decorrente da aprovação em concurso público como indica a NOB-RH/SUAS, garante a oferta contínua e ininterrupta dos

serviços, fortalece o papel dos trabalhadores na relação com os usuários, consolida a equipe como referência no território e favorece a construção de vínculos (p.94-95).

Percebe-se que a falta de efetivo profissional interfere diretamente na oferta contínua dos serviços oferecidos pelo CREAS, uma vez que os profissionais não conseguem atender todas as demandas que chegam no equipamento. Desta forma conforme preconiza a NOB-RH/SUAS os municípios devem ofertar vagas em concursos públicos para suprir o déficit existente na estrutura do sistema. Entretanto esta ineficiência é percebida não só no município de Juazeiro do Norte, mas em vários municípios do nosso país. Conforme os parâmetros de referência para definição do número de CREAS em cada município, as Orientações Técnicas do CREAS, 2011, descrevem que o município de grande porte deve implantar 01 (um) CREAS, a cada 200.000 mil habitantes, esse limite está ultrapassado no município de Juazeiro do Norte-CE.

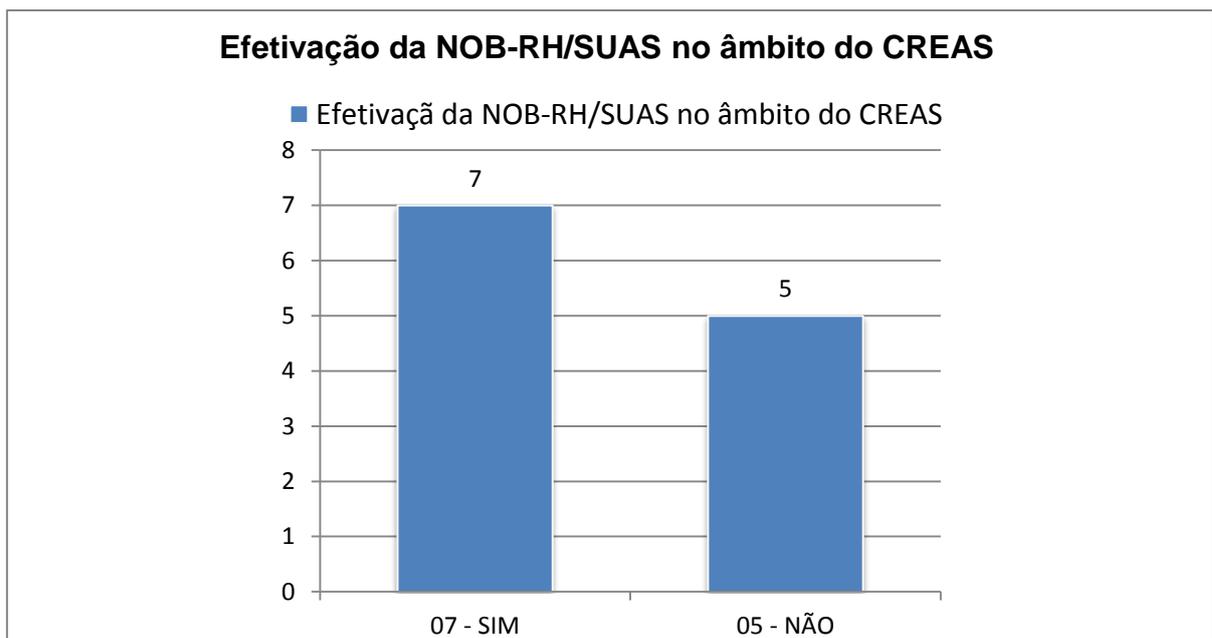
No tocante a não aceitação do usuário nos serviços de orientação e acompanhamentos realizados pelo CREAS, alguns profissionais relataram este impasse, o que impossibilita a intervenção das equipes de referência. Sabendo que todo cidadão tem direito ao princípio da dignidade da pessoa humana e que suas escolhas devem ser respeitadas, mesmo assim há casos em que as escolhas de alguns trazem impactos muito maiores na vida destes, bem como de suas famílias, sendo necessária a intervenção da família e dos serviços públicos oferecidos nas instituições com a finalidade de transformar a realidade destes sujeitos. Entretanto a não aceitação dos serviços públicos torna-se um entrave para superação das mazelas sociais.

No ultimo quesito deste gráfico os trabalhadores relatam que a deficiência na estrutura física, percebe-se a precarização do trabalho no que concerne à falta de estrutura, como a falta de computadores, o acesso à internet, para que possam ser confeccionados documentos, relatórios, encaminhamentos e contra referência, as salas não possuem circulação, pois são fechadas, sem janelas, e também, não dispõe de aparelhos de ar-condicionado, falta material expediente papel, envelopes, mobiliário, dentre outros tantas deficiências observadas nos estágios supervisionados I e II, e nos relatos dos trabalhadores.

Todos esses pontos só confirmam a existência da precarização do trabalho, que segundo Mota (1998) no que diz respeito à precarização do trabalho e conseqüentemente a desqualificação dos recursos para os profissionais, são características inseridas com a implantação das políticas neoliberais e o surgimento do terceiro setor. A reestruturação produtiva que abrange o processo de fragmentação e precarização do mundo do trabalho traz conseqüências diretamente ligadas às condições de trabalho dos trabalhadores do CREAS.

O quarto gráfico analisa a opinião dos trabalhadores sobre a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos no Sistema Único de Assistência Social, se os mesmos acreditam que o que a NOB-RH/SUAS preconiza está sendo efetivado no âmbito do CREAS, vejamos os resultados.

Gráfico 04: A NOB-RH/SUAS, e sua efetivação no CREAS.



Fonte: Primária, 2019.

No momento da aplicação deste questionamento pude perceber que a maioria dos profissionais afirmava não saber o que era a NOB-RH/SUAS, nem mesmo o que ela preconiza, chegando alguns a me perguntar “o que seria ela mesmo?”, para só então marcar uma das alternativas no questionário. Fiquei bastante surpresa com a pergunta, pois acreditava que os mesmos tinham

conhecimento do funcionamento da rede SUAS. Entretanto pode perceber a ineficiência e a falta de conhecimento de alguns profissionais por não terem acesso nem mesmo compreensão de como deve funcionar o sistema em que atuam.

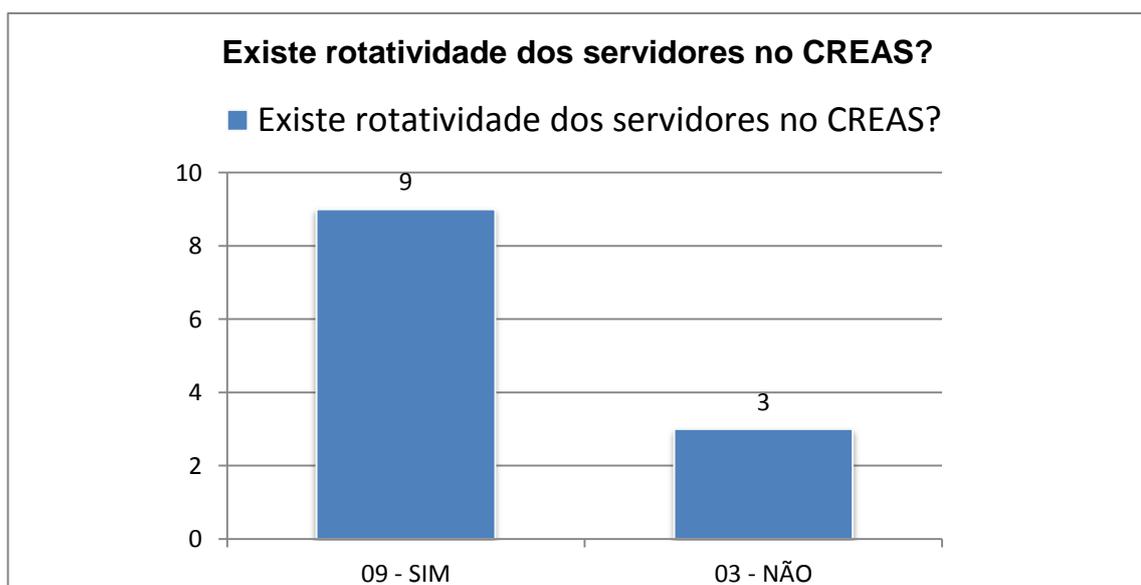
Raichelis (2010) destaca:

A aprovação NOB-RH/SUAS representa um passo importante para a gestão do trabalho, pois aponta os principais eixos a serem considerados para a gestão do trabalho na área da assistência social. A política de recursos humanos constitui eixo estruturante do SUAS, ao lado da descentralização, do financiamento e do controle social. Porém, sua efetivação representa um grande desafio nos estados e municípios brasileiros devido à resistência dos gestores, pois a referida NOB trata da necessidade de profissionalização, qualificação e valorização dos trabalhadores do SUAS, sendo necessário, portanto, que seu conteúdo seja amplamente pactuado e assumido entre os gestores (p.761).

Esse resultado é percebido pela falta de capacitação permanente dos trabalhadores, como a própria NOB-RH/SUAS preconiza, e os gestores não efetivam.

.O quinto questionamento deste estudo teve por objetivo revelar se existe rotatividade dos trabalhadores no CREAS. Vejamos os resultados.

Gráfico 05: Referente à rotatividade dos servidores no CREAS.



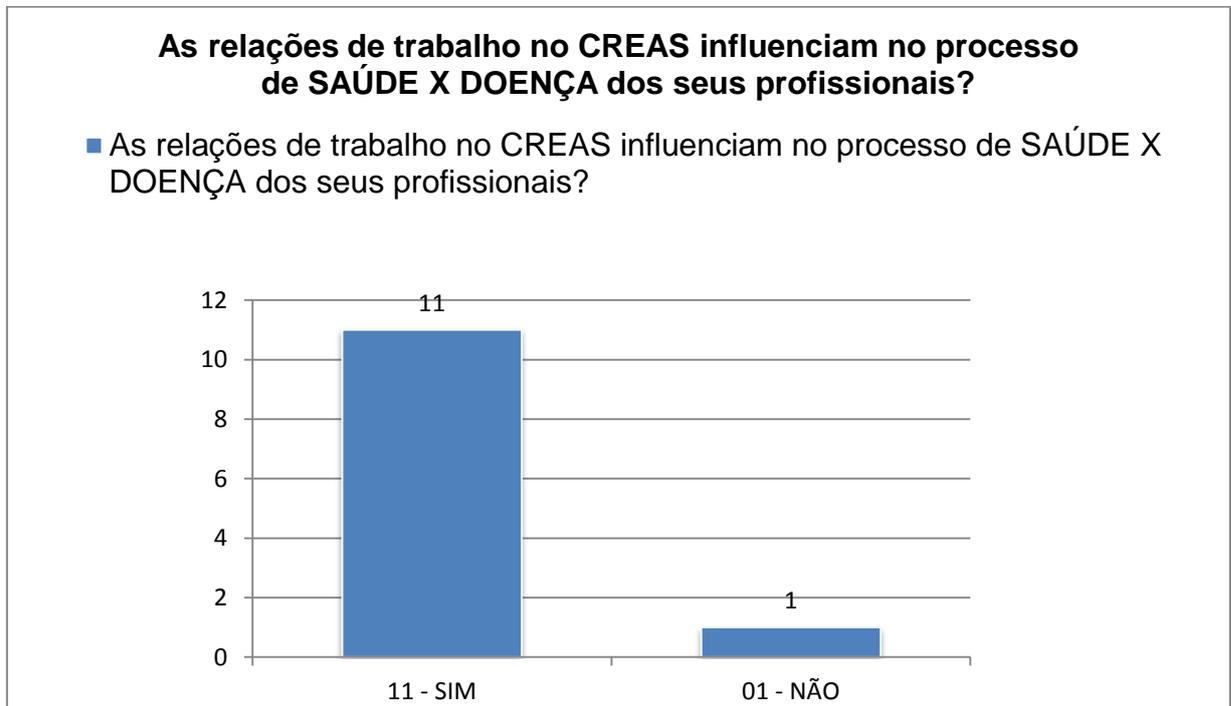
Fonte Primária, 2019.

Em relação ao resultado acima percebe-se que essa rotatividade é exercida pela influência dos vínculos empregatícios, conforme percebemos no primeiro gráfico desta pesquisa, onde 100% dos profissionais estão em condições de trabalhos temporários, em que os contratos de trabalho são renovados a cada seis meses, segundo relatos da maioria dos entrevistados existem sim a rotatividade, pois boa parte daqueles profissionais não consegue que seus contratos sejam renovados. E isso é justificado devido às transformações ocorridas no mundo do trabalho.

Segundo Raichelis, 2010, as transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho provocam profundas redefinições no Estado e nas políticas Sociais, em especial, no âmbito da política de assistência social, através, através da implantação do sistema único de Assistência Social que contraditoriamente amplia o mercado de trabalho profissional e ao mesmo tempo aprofunda a precarização das condições de trabalho através das formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais, em longo prazo, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional. Aspectos que contribuem diretamente na fragilização das relações de trabalho no CREAS.

O questionamento a seguir está relacionado às relações de trabalho no CREAS, se estas relações de trabalho influenciam no processo de saúde X doença dos seus profissionais. Vejamos as análises.

Gráfico 06: Especificação do processo saúde X doença relacionadas as relações de trabalho no CREAS.



Fonte Primária, 2019.

Mediante análise do gráfico acima, percebemos que a grande maioria confirma que as relações de trabalho no CREAS influenciam no processo de adoecimento destes trabalhadores. O resultado é justificado nos relatos dos trabalhadores.

No decorrer da entrevista boa parte dos trabalhadores elencaram elementos que estão diretamente relacionados à prática profissional, afirmando vivenciarem sentimentos de impotência, angústia e sofrimentos no trabalho por não conseguirem dar respostas as altas demandas que ali chegam. Segundo os mesmos a resolução dos casos não dependem somente dos profissionais que ali atuam, mas sim de uma intervenção de toda rede socioassistencial. Sendo necessária a atuação de uma rede mais complexa que possa atuar de forma integrada para assim as ações tornarem-se mais efetivas.

Segundo os entrevistados o sentimento de impotência aliado à preocupação excessiva na resolução dos casos, a cobrança da resolução destes casos por parte dos órgãos garantidores de direitos, como o Ministério Público, a Delegacia de Policia Civil, o Conselho Tutelar e a sobrecarga no trabalho são os fatores principais

que influenciam diretamente para que se desencadeiem um processo de adoecimento destes profissionais.

Além da precariedade e as condições a que estão expostos àqueles trabalhadores da assistência social, de como lhes é cobrado uma resposta a todas as situações a eles apresentadas e, que nem sempre podem ser prontamente resolvidas, além da deficiência na rede socioassistencial e fragilização no trabalho e na estrutura física, os vários pontos já abordados nesta pesquisa revelam serem os principais influenciadores para o processo de adoecimento destes trabalhadores que atuam no Sistema Único de Assistência Social.

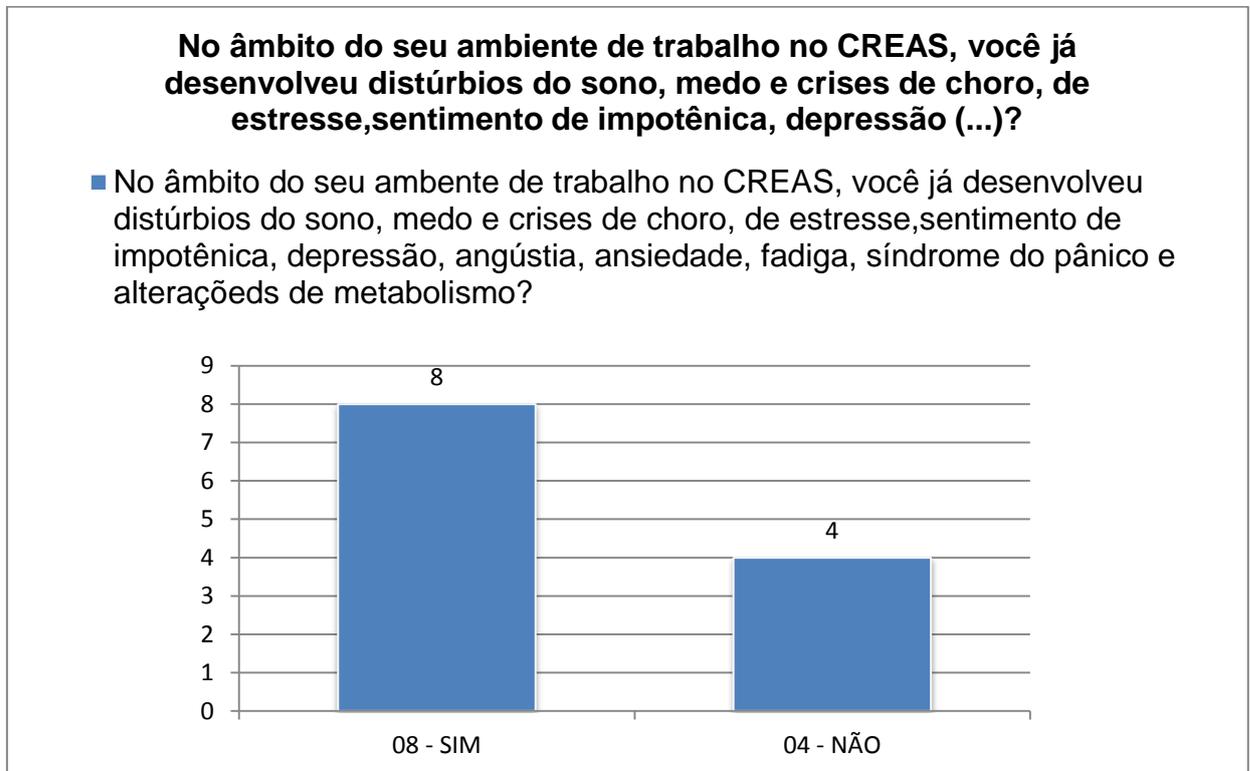
Conforme destacam Santos e Manfroi (2012):

O crescimento da demanda, aliado à falta de condições de trabalho nas instituições, tem acarretado inúmeros problemas de saúde aos profissionais. Os problemas são de ordem física, tais como dores, hipertensão, cansaço, doenças profissionais e também emocionais, como frustração, desânimo, angústia, ansiedade, insônia, decorrentes das condições de trabalho e da própria precariedade das instituições. Esse crescente adoecimento profissional se deve à insegurança desencadeada pelas alterações, seja no mundo do trabalho, seja nas políticas sociais, decorrentes do neoliberalismo (p. 249).

Analisando a contribuição de Santos e Manfroi, 2012, podemos perceber que a falta de condições de trabalho aliado a fragilidade das políticas sociais, traz rebatimentos aos trabalhadores não só no aspecto da saúde mental, mas também no aspecto da saúde física, como dores, hipertensão, e cansaço. Fatores que estão intimamente relacionados à precarização do Trabalho no CREAS. Assim constata-se o resultado dessa pesquisa de que as relações de trabalho no CREAS rebatem sim no processo de saúde X doença dos seus trabalhadores.

O gráfico elencado a seguir teve por objetivo identificar se no ambiente de trabalho no CREAS, os trabalhadores já desenvolveram algum transtorno mental relacionado a distúrbios de sono, medo e crises de choro, estresse, sentimentos de impotência, depressão, angústia, ansiedade, fadiga, síndrome do pânico, e alterações do metabolismo.

Gráfico 07: Identificação da existência de distúrbios mentais dos trabalhadores CREAS.



Fonte: Primária, 2019

O diagnóstico acima retrata os trabalhadores que afirmam terem desenvolvido alguns destes distúrbios, a justificativa é percebida no questionamento do gráfico anterior, quando os trabalhadores afirmam em seus relatos que as relações de trabalho no CREAS, favorece no processo de saúde X doença destes profissionais. Os fatores primordiais para o desenvolvimento de tais distúrbios estão aliados à rotina desgastante daqueles profissionais que dia a dia se deparam com situações de extrema vulnerabilidade, violência e abusos, em que são levadas crianças, adolescentes e idosos atendidos por aquele equipamento de assistência social, além da cobrança excessiva na resolução dos casos por parte da própria instituição como dos órgãos garantidores de direitos.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), "A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade". Segundo Organização das Nações Unidas (ONU) a saúde mental é determinada por uma série de fatores socioeconômicos, biológicos e

ambientais, a questão socioeconômica ganha destaque, pois existe pressão para que os trabalhadores sejam cada dia mais produtivos, o que leva a condições de trabalho estressantes. A OMS enfatiza que uma boa saúde mental permite que uma pessoa utilize suas habilidades de maneira produtiva, segundo estudos da ONU, o Brasil é o primeiro do ranking de trabalhadores portadores de doença mental na América Latina com 9,3% o que equivale a 18,6 milhões de pessoas, perdendo somente para os Estados Unidos com 5,9% de pessoas apresentando algum transtorno mental.

Segundo O Ministério da Saúde os trabalhadores que estão envolvidos em situações constantes de trabalho desgastantes, estão propícios a desenvolverem uma síndrome chamada síndrome de Burnout, ou síndrome de esgotamento profissional, comum em profissionais que atuam diretamente sob forte pressão e responsabilidades permanentes. A Síndrome de Burnout é um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema ou estresse, os profissionais que desenvolvem esta síndrome sentem-se incapacitados para exercer suas funções no trabalho, o que leva a quadros de depressão e outros distúrbios mentais.

Constata-se a partir desta análise que os trabalhadores do CREAS estão submetidos a precárias condições de trabalho que rebatem diretamente na saúde destes profissionais, seja na saúde física ou mental, favorecendo para que os mesmos desenvolvam distúrbios tais como alterações no metabolismo, crise de medo, ansiedade, depressão síndromes do pânico, bem como a síndrome de Burnout como enfatiza o Ministério da Saúde.

O presente estudo teve ainda dois questionamentos subjetivos para que os profissionais pudessem expor sua opinião. O primeiro dos questionamentos teve por objetivo compreender de que forma as relações de trabalho no CREAS, impactam na vida dos seus trabalhadores. Abaixo elenco algumas das respostas destes profissionais.

“Trabalhar com direitos violados faz com que se reflita da fragilidade e impotência do indivíduo. O olhar para algumas situações do dia a dia fica mais aguçado, trazendo a reflexão. O trabalho gera um estresse mental dependendo do dia e do caso”.

Advogados.

“Negativamente: O trabalho do CREAS exige do profissional um grande equilíbrio psicológico. Pois as demandas referentes à violência exigem muito do profissional”.

Psicólogos.

“causa sofrimento mental”.

Orientadores sociais.

“Acarreta estresse do trabalho, questões financeiras, aborrecimentos com a rede, além do adoecimento”.

Assistentes sociais.

“A grande demanda acaba sobrecarregando os funcionários, e de certa forma deixando-nos fragilizados e adoecidos”.

Assistentes sociais.

Analisando as respostas dos profissionais podemos constatar que a grande maioria dos trabalhadores afirma sofrerem impactos negativos que prejudicam principalmente a saúde mental destes na instituição. Nesse mesmo quesito somente dois trabalhadores elencaram impactos positivos nas relações de trabalho no CREAS. A seguir os fatores positivos relatados por esses profissionais.

“No ponto de vista profissional, esse impacto é de forma positiva, possibilitando sempre um novo aprendizado”.

Assistentes sociais.

“Uma grande experiência profissional”.

Advogados.

O segundo questionamento objetivava compreender como os profissionais reagem frente a estes impactos. Destaco abaixo algumas respostas dos entrevistados.

“Não se pode internalizar os casos, pois infelizmente traz grande prejuízo a saúde mental”. “Há casos que é impossível de não lembrá-lo, mas é importante tentar deixar a mente sã”.

Advogados.

“buscamos ser o máximo profissional, apesar de que em alguns casos não tem com ser, a gente se sensibiliza mais do que deveria”.

Assistentes sociais.

“Buscamos entre si conversar sobre nossas dores”.

Assistentes sociais.

“Os profissionais não conseguem lutar contra o sistema”.

Advogados e Orientadores sociais.

“trabalhamos com ética profissional, cumprindo com os compromissos profissionais”.

Assistentes sociais.

Na análise das respostas percebe-se claramente que os trabalhadores enfatizam que a questão saúde mental é a que mais sofre impactos, devido os profissionais lidarem cotidianamente com crianças, adolescentes e idosos vítimas de violações de direitos, relacionados a violência, física, sexual e ou psicológica, o que demanda do profissional intervir na realidade das vítimas, exercendo sua atuação de forma profissionalmente sem se envolver com a situação para não adoecer mentalmente. Percebe-se claramente que estes profissionais necessitam de um acompanhamento pelo sistema de saúde, para que assim consigam estar prontos para intervir nas demandas expostas sem sofrerem psicologicamente.

Estes que lutam cotidianamente para garantir e efetivar direitos sociais dos assistidos no equipamento, presenciam os seus direitos sendo negados, como percebemos no outro ponto analisado nas respostas, alguns trabalhadores relataram não conseguirem lutar contra o sistema, isso se dá devido a necessidade de sobrevivência da classe trabalhadora, assim os profissionais do SUAS, se veem de mãos atadas por terem de lutar por melhores condições de trabalho, estabilidade no emprego, melhores salários, por capacitação permanente e por direito a saúde, e não conseguem devido a própria dinâmica do sistema capitalista, se o trabalhador não aceita as condições que estão postas no trabalho, logo vem outro pra ocupar o lugar deste, e assim os trabalhadores convivem com medo de se tornarem mais um desempregado na fila do exercito industrial.

Dessa forma Antunes (2008) ressalta que o trabalho, transformou-se em uma atividade externa ao homem, algo que lhe foi imposto compulsoriamente. O autor ainda afirma que esse mesmo trabalho carrega consigo a marca da contradição, visto que, simultaneamente é expressão de vida e de degradação, como expressão de criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão, criação e vivencia de martírio. Nesse jogo de forças, mostram-se os aspectos constantes de satisfação e insatisfação do trabalho, bem como a efetivação da própria dinâmica do capitalismo, um sistema totalmente alienador e explorador da força de trabalho humana. Constatando então que os trabalhadores do CREAS estão inseridos nesse jogo de forças resultantes da contradição existente capital X trabalho, e que por meio da necessidade de sobrevivência são obrigados a exercerem suas funções em meio a precárias condições de trabalhos, sendo que estas interferem diretamente na saúde destes profissionais.

Percebe-se que para colocar em prática as Leis que preconizam a gestão e a organização do Sistema Único de Assistência Social no cenário contemporâneo dependerá da “boa vontade”, de cada gestor, uma vez que o Estado tem a obrigação de cumprir o que está estabelecido em Lei, entretanto o que se percebe é a fragilidade das políticas sociais resultantes de um estado mínimo que visa extinguir os direitos adquiridos pela população na Constituição Federal de 1988 a custo de tanto sangue já derramado pelos os trabalhadores brasileiros desse país. Os cortes nas políticas sociais estão afetando diretamente os serviços oferecidos em todo o sistema SUAS, bem como as demais políticas sociais, acarretando na precarização

do trabalho que traz rebatimentos não somente a classe trabalhadora, mas à todos os cidadãos que necessitam dos serviços públicos, percebe-se profissionais adoecidos e incapacitados para cuidar de uma população tão necessitada dos serviços públicos. Dessa forma torna-se essencial que os gestores públicos executem os princípios e diretrizes preconizados no SUAS, para que assim um bom profissional capacitado passe a oferecer um excelente serviço a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da atividade do trabalho, o quanto prática desenvolvida pelo homem a fim de prover seu próprio sustento é uma atividade contemporânea à própria história de sua existência, nos primórdios poderia ser compreendido como o desforço físico exercido na busca do alimento imediato, ou seja, o homem para satisfazer suas necessidades de sobrevivência na busca por alimento pratica a caça, satisfeita essa necessidade básica cessava o seu esforço.

Com a evolução da humanidade, tivemos as denominadas idades históricas, como por exemplo, a idade da pedra e do metal (desde o domínio do fogo até a construção de ferramentas e técnicas de criação), foram criadas as condições necessárias para que o homem fosse capaz de produzir além do que necessitava, gerando a partir de então um excedente. Além de um aumento na produção, começou a haver também uma especialização nessa produção, ou seja, uns produziam alimentos, outros ferramentas, outros ainda, roupas, armas, casas, etc. esse movimento fez surgir à essência do comércio, que inicialmente se baseou no escambo, evoluindo até qual o conhecemos hoje.

Um ponto chave na história do trabalho foi o fim do feudalismo, esse fato fez modificar totalmente as relações de trabalho que existiam até então, foi criado naquele momento um grande exército de trabalhadores ociosos, que até então trabalhavam nos feudos, essas pessoas possuíam como ferramenta de trabalho apenas a força braçal e foi justamente essa força de trabalho que foi adquirida pela nova classe que surgia naquele instante, a burguesia, que lhes pagavam por dias trabalhados e que produziam a cada dia, muito além do que recebiam.

Com o passar dos séculos novos incrementos foram lançados na relação de trabalho, no início o fim era o lucro empresarial, portanto, pouco importava o quanto se tinha de trabalhar, quantas horas diárias se podia trabalhar, nem havia qualquer limitação sobre quem podia trabalhar, além dos homens que eram levados a jornadas desumanas de trabalho, havia também, mulheres, idosos e até crianças, que trabalhavam doze, catorze e até dezesseis horas por dia, sem nenhum direito ou garantia.

Os abusos a que foram expostos os primeiros trabalhadores, nessa nova relação de trabalho, exigiu por parte do Estado que esse tomasse parte nessa relação de trabalho, protegendo o lado hipossuficiente dessa relação, para isso foram editadas Leis e normas trabalhistas que garantissem ao trabalhador um mínimo de direitos e aos empregadores certa responsabilidade e deveres para com seus empregados, o Estado, portanto passou a regular essas relações de trabalho a fim de evitar excessos e explorações por parte dos donos dos meios de produção.

Contudo, o mercado apesar de estar obrigado a cumprir a legislação trabalhista, sempre defendia que o Estado não deveria intervir na economia, que deveria atuar apenas nas áreas onde era essencial sua presença, portanto, o Estado deveria se afastar do mercado, e que a “mão invisível” do mercado era que deveria regular suas relações. Esse discurso de Estado mínimo vai além das relações entre os empresários, empresas e conglomerados nacionais e multinacionais, na verdade o que o mercado busca é reduzir a proteção que o Estado impôs sobre os empregadores em favor dos trabalhadores, é uma política de redução de direitos e garantias, que visam exonerar o patrão de suas obrigações, aumentando seus lucros e reduzindo a proteção ao obreiro.

Na relação, Estado x servidor público não é muito diferente, o Estado “patrão” vem impondo a seus trabalhadores nas últimas décadas uma série de ações e medidas que reduzem sua proteção e seus direitos, como exemplos dessas medidas podemos destacar: o programa de demissão voluntária – PDV, o fim do salário integral após a aposentadoria, a redução dos valores das pensões deixadas em caso de falecimento do servidor para seu cônjuge, companheiro ou dependentes, a busca pelo fim da estabilidade funcional, o fim da paridade salarial que há entre ativos e inativos, a redução de oferta de concurso público priorizando a contratação de servidores temporários, muito mais cedidos à ingerência por parte do poder público, esses são exemplos da precarização que há na relação de trabalho Estado x servidor público.

No que se refere especificamente ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, do município de Juazeiro do Norte – CE, foco de nosso trabalho, em regra não foge à realidade da grande maioria dos equipamentos da rede de assistência social no Brasil a fora, no geral, tem-se uma estrutura física a quem daquela que é necessária para o atendimento ao público, o efetivo de

profissionais é insuficiente para a demanda levada ao CREAS, seja pelos próprios cidadãos que se encontram em estado de vulnerabilidade e busca atendimento, seja pela quantidade de casos levados até lá pelos demais atores da rede, equipamentos essenciais para o desenvolvimento do trabalho como computadores e outros equipamentos de informática, também deixam a desejar, a falta de segurança para os profissionais e pessoas em atendimentos é marcante tanto na sede do CREAS como nas atividades de campo, e ainda, o elevado número de profissionais temporários que lá atuam, o que gera insegurança para os trabalhadores e propicia uma maior possibilidade de ingerência por parte do poder público municipal sobre as atividades do CREAS.

De certo destacamos que os mais prejudicados pelas condições desfavoráveis e pela precarização das condições e das relações de trabalho que constatamos no CREAS na cidade de Juazeiro do Norte – CE é a população que busca ou é encaminhada para atendimento, as pessoas são afetadas diretamente pelas condições lá existentes, porém, é necessário também considerar que os profissionais que lá trabalham são da mesma forma afetados, eles absorvem os reflexos dessa precarização e das condições desfavoráveis. Além de lidarem diretamente com situações de violações de direitos, seja violência física, seja psicológica, sexual, ou exploração patrimonial a que são levados crianças, adolescentes e idosos, e mesmo estando expostos diretamente às intempéries que o exercício no campo da assistência social lhes impõe, eles precisam dar respostas a essas demandas. Dessa forma acabam sobrecarregados e sofrem impactos tanto na sua saúde física como na saúde mental, chegando a desenvolverem alguns transtornos mentais, e que por razões de ética profissional não podem compartilhar tudo o que vivenciam no dia a dia de trabalho.

Para enfrentar essa situação diagnosticada é necessária muita boa vontade política, ou seja, o gestor não precisa apenas ter a sensibilidade de compreender o nível de importância da atividade desenvolvida pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, mas precisa ser capaz de designar os recursos necessários para o desempenho de suas funções, alocar a quantidade/qualidade de servidores para desempenhar as atividades junto ao CREAS, disponibilizar um local que possa acolher a todos, com espaços reservados para atendimento aos assistidos do equipamento, onde possa haver atividades que

auxiliam na gestão de cada caso específico, de maneira sigilosa que os casos requerem. Enfim efetivar os princípios e diretrizes preconizados na NOB-RH/SUAS. Portanto, devemos sempre levar aos agentes públicos que possuem competência para gerir os equipamentos da assistência social, a real situação em que estes se encontram e o que pode ser feito para melhorar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ALBORNOS, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2000, Coleção Primeiros Passos.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BARROS, Albani de. **Precarização: Degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Maceió: Coletivo Veredas, 2019.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. . Fundamentos de metodologia científica: um guia para iniciação científica. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000.

BATTINI, Odária. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora. 2007.

BERING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: Desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, LOAS (1993). **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social**. Brasília – DF, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemd/assistencia-social>> Acessado em: 12.10.19.

BRASIL, **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS: anotada e comentada**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2012.

BRASIL, **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005.

Disponível em: >www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/nob-suas.pdf/download. < Acessado em 12.10.19.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. Disponível em: ><http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs>< Acessado em: 13.10.19.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CEOLIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.

COMSO. **Desafios da pesquisa com seres humanos**. 2016. Disponível em: <<http://www.unirio.br/news/desafios-da-pesquisa-com-seres-humanos>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 25 nov. 2009.

COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Mundo. 2º Grau**. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4ª Edição. São Paulo. Cortez. 2010.

DORIGO, Gianpaolo; VICENTINO, Cláudio. **História Geral e do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GASPARETTO. Antônio. **História Antiga**. InfoEscola: navegando e aprendendo. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/historia/historia-antiga/> >. Acesso em: 22 agosto. 2019.

GONÇALVES, M. da G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. 2010. São Paulo: Cortez.

GRANEMANN, Sara. **O Processo de Produção e Reprodução Social: Trabalho e sociabilidade**. Especialização em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais – CEFESS/ABEPSS/CEAD-UNB, 2009.

GUIRALDELLI . Cad. psicol. soc. trab. vol.17 no.1 São Paulo jun. 2014.

HERMIDA, Borges. **História geral: moderna e contemporânea**. São Paulo: FTD, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice populacional**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEAL, Priscila de Oliveira Ribeiro. **A evolução do trabalho humano e o surgimento do Direito do Trabalho**. Jusnavigandi, Teresina, p.01-67, set. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/32198/a-evolucao-do-trabalho-humano-e-o-surgimento-do-direito-do-trabalho/2>>. Acesso em: 20 set. 2019.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979b.

MARTINS, Sergio Pinto. **Flexibilização das condições de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 2. 3. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994.

MINAYO, M. C. S. **Análise Qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciências. Saúde Coletiva, Vol. 17, n. 3. 2012b.

MELLO, Leonel Itaussu A.; COSTA, Luís César Amad. **História Moderna e Contemporânea**. 3ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 1993.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social: Ensaio sobre Estado, política e sociedade**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. **A nova fábrica de consensos: Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social** – 2º ed. São Paulo, Cortez, 1998.

MORAIS, Pâmela. **Saúde mental: o que é?** 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/saude-mental-o-que-e/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

Orientações Técnicas: **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília: Gráfica e Editora Brasil Ltda, 2011.

Orientações Técnicas: **Centro de Referência de Assistência Social – CREAS/** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011, p.11,p.13,p.17.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **A Globalização e as relações capital/trabalho.** In: o direito do trabalho e as questões do nosso tempo. São Paulo, LTr, 1988.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20:** Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS.** In: Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 750-772, 2010.

SANTOS. M. T; MANFROI, V.M. **Expansão e Precarização:** O mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santana Catarina. Em pauta, Rio de Janeiro, n. 30, v. 10, p. 233-252, 2º Sem. 2002.

SILVA, Ademir Alves Da. **A gestão da seguridade social brasileira:** entre a política pública e o mercado. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "**Crise do Mundo Feudal**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/crise-mundo-feudal.htm>. Acesso em 08 de setembro de 2019.

SPOSATI, A. O. **A Assistência Social no Brasil 1983 - 1990.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SAÚDE, Ministério da. **Síndrome de Burnout:** o que é, quais as causas, sintomas e como tratar. 2019. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental/sindrome-de-burnout>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. Trabalho precarizado. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 118, p.205-366, abr. 2014. Trimestral.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais.** São Paulo. Atlas. 1987.

APÉNDICE (S)

APÊNDICE “A”: ENTREVISTA

- 1) Qual seu vínculo empregatício?
 - () Concursado;
 - () Trabalhador temporário;
 - () Cargo Comissionado.

- 2) Quanto tempo trabalha no CREAS?
 - () 06 (seis) meses
 - () 01 (um) ano
 - () 02 (dois) anos
 - () Mais de 02 (dois) anos

- 3) Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos profissionais do SUAS no âmbito do CREAS ?
 - () Efetivo profissional;
 - () Fragilidade de vínculos empregatícios;
 - () Estrutura física;
 - () Segurança dos servidores;
 - () Escassez dos serviços públicos.
 - () Outros _____

- 4) Analisando a NOB-RH/SUAS, Você acredita que o que a mesma preconiza está sendo efetivado no âmbito do CREAS?
 - () SIM () NÃO

- 5) Existe rotatividade dos servidores no CREAS?
 - () SIM () NÃO

6) De que forma as relações de trabalho no CREAS impactam na vida dos seus trabalhadores?

7) Como os profissionais reagem frente a estes impactos?

8) As relações de trabalho no CREAS influenciam no processo de saúde X doença dos seus profissionais?

() SIM () NÃO

9) No âmbito do seu ambiente de trabalho, você já desenvolveu distúrbios de sono, medo e crises de choro, de estresse, sentimento de impotência, depressão, angústia, ansiedade, fadiga, síndrome do pânico, e alterações de metabolismo.

() SIM () NÃO

ANEXO (S)

